

GUILLEMO GIUCCI



VIAJANTES DO MARAVILHOSO

O Novo Mundo

Tradução:
JOSELY VIANNA BAPTISTA

OS CONFLITOS DO MARAVILHOSO

Cristóvão Colombo

OUTRA ÁSIA

A meta do Ulisses homérico era retornar à pátria querida. Transformado, na *Odisséia*, num combatente da necessidade, o guerreiro lutava para reintegrar-se a sua cultura de origem e para reassumir sua posição privilegiada de rei. Para consegui-lo teria que eludir o poder destruidor das potências primitivas. Mas não se tratava, apenas, de evitá-las. A prolongada trajetória de regresso a Ítaca devia aumentar a fama do guerreiro e eternizar a memória de seu nome. Este desejo obsessivo de consagração do expedicionário durante sua viagem de volta implicava semear na consciência do inimigo lamentos e aflições. A cegueira do ciclope Polifemo testemunha fielmente a passagem do rei aqueu pelas ilhas da barbárie: a vitória do civilizado sobre a ferocidade do bárbaro é feita de ardis terríveis. Embora Odisseu vencesse sucessivamente os obstáculos que lhe garantiam o ingresso na reduzida lista dos famosos, nem por isso devastava o contexto natural circundante. Distantes de Ítaca, os cenários por ele pisados permaneciam tão fantásticos como antes. E, com a volta triunfante do herói a seu reino, chegava ao auge a viagem da curiosidade.

A curiosidade de conhecimento e de experiência leva o Ulisses de Dante a transgredir os pilares de Hércules — limite ocidental do mundo conhecido. O nauta aventura-se no tenebroso Atlântico para revelar os mistérios do mundo. Efetivamente, a expedição do Ulisses medieval em busca de outro mundo desconhecido inscreve-se no canto xxvi do “Inferno” da *Divina commedia* como viagem do conhecimento — como o percurso da “virtude” e da “canoscenza” —, não como empresa comercial, conquistadora ou colonizadora.

“Oh, irmãos, que chegastes ao Ocidente através de cem mil perigos!, já que tão pouco vos resta de vida, não vos negueis a conhecer o mundo sem habitantes que se encontra seguindo o Sol. Pensai em vossa origem; vós não nascestes para viver como brutos, mas para alcançar a virtude e o conhecimento”, discursa o viajante, infundindo coragem em seus companheiros no exato momento em que o navio atravessa os pilares de Hércules.¹ Simboliza para Dante a insaciabilidade compulsiva e fracassada do conhecimento pagão; e a travessia do navegante em direção às antípodas ignotas ilustra o itinerário da condenação.

É no contexto da insaciabilidade, não mais do viajante curioso, mas do comerciante e do conquistador europeu sustentados por incipientes Estados nacionais em ascensão, que chegamos ao Novo Mundo. Mas o desejo sem fim dos expedicionários é guiado, na América, pelo signo do maravilhoso remoto. O ato formal da tomada de posse demonstra de modo exemplar a ambição desmedida dos visitantes. Os diversos cronistas, desde o padre Bartolomé de Las Casas até Antonio de Herrera, cronista oficial da Coroa de Castela, recriam em suas *Historias* este ritual possessório. Las Casas nos fala de índios nus que deviam confundir os navios com animais marinhos; de espanhóis caídos de joelhos derramando lágrimas; de um almirante tomando posse da ilha diante de dois capitães e do escrivão da armada.² E Antonio de Herrera descreve conquistadores ajoelhados que chorosos beijam a terra e louvam a Deus, enquanto Colombo batiza a ilha e toma, “con la solemnidad i palabras necesarias”, posse dela diante do escrivão “estandolo mirandolo Gente Infinita de la Natural”.³ Justificado o expansionismo como tarefa civilizadora e como missão redentora entre os infiéis, a tomada de posse conota uma declaração de guerra que pressagia a descarga da ideologia guerreira finissecular hispânica sobre culturas autóctones consideradas inferiores.

Hoje podemos chamar de absurda ou de ridícula a cerimônia do viajante europeu plantando o estandarte real para se apossar juridicamente do Novo Mundo e para testemunhar de modo simbólico seu domínio absoluto sobre as novas terras. Mas quando nos deslocamos da expressão formal e simbólica do sentimento de insaciabilidade para a realidade dos confrontos civilizadores na qual esse sentimento de voracidade toma corpo, nos defrontamos com cenas sinistras: suicídios de famílias inteiras, infanticídios, cães devorando homens, mulheres e crianças, caçadas a insubmissos, escravidão, torturas, pestes, violações, tributos, baixas populacionais ini-

e a un extranjero?

qualáveis na história. Cenas que terão lugar, durante a primeira etapa do descobrimento e conquista da América, numa zona geográfica determinada — a área circuncaríbe. E elas respondem a uma junctura histórica precisa — o contato entre europeus e ameríndios. A insuficiência do termo “encontro” para descrever o choque das duas culturas é evidente. Naturalmente, não se trata de dois blocos monolíticos que se identifiquem desde o início como inimigos e a partir daí se combatem furiosamente. A guerra entre as tribos do Caribe é um fenômeno que preexistiu à chegada dos europeus e que estes últimos utilizariam a seu favor. Mas não há dúvida de que com a chegada das caravelas castelhanas ao Novo Mundo nos deslocamos do encontro das culturas à viagem da posse.

Na noite de 11 de outubro de 1492 Colombo percebeu no horizonte uma luz que considerou sinal de terra. Horas mais tarde Rodrigo de Triana (ou Juan Rodríguez Bermejo, em versões mais recentes), marinheiro da *Pinta*, diviso a mesma luz e anunciou o “descobrimento” de terra com um tiro de canhão. Ao amanhecer do dia 12 de outubro, data em que os tripulantes das caravelas espanholas avistaram pela primeira vez as terras da futura América — a ilha de Guanahani, significativamente batizada com o nome de San Salvador —, tudo indica ao genovês que ele aportara a uma ilha asiática.⁴ Relegado ao passado, esquecido diante das riquezas que aguardavam o viajante, houve ainda o moim de 10 de outubro, que quase acabou com sua vida e com a expedição. Tratava-se do êxito de um projeto rejeitado pelo monarca português e satirizado pela opinião douta da época, da realização de um desejo várias vezes adiado. Um fragmento de um escrito no *Diario de a bordo* revela que o lígure espreitava o início de sua vingança, que se orgulhava de seu triunfo, e que sentia o prazer típico das revanches por haver obtido “el galardón d’estos afanes y peligros”. “Veramente abalumado con esta grande victoria”, anota Colombo no *Diario de a bordo*, “pleje a Dios se redusgan los disfamadores de mi honra, que con tanta deshoesidad y mal[j]icia han fecho burla de mi y disfamado mi empresa sin coñoscimiento de mí dezir y del servicio e acrescentamiento de Sus Altezas.”⁵ A modesta chegada de três naus comandadas por um comerciante genovês ao arquipelago das Antilhas passa, no âmbito do discurso colombiano, a significar muito mais do que o mero desembarque dos europeus em uma fileira de ilhas pobres no Caribe; transforma-se na vitória pessoal do Almirante, agente de Deus e a serviço do “acrescentamiento de Sus Altezas”, os católicos Fernando e Isabel.

Descobrimento, expansionismo e conversão aparecem implicitamente interligados na nota autógrafa do Almirante acima citada. Assistimos à formulação da legitimidade de uma política imperial que funde elementos heterogêneos ao estilo da alquimia, transformando todo conceito na voz da conquista. Como modalidade conquistadora a Coroa castelhana não era exclusiva: os muçulmanos praticavam o *jihad*, ou guerra santa contra o não-crente. Mas a Espanha de fins do século XV atravessa uma conjuntura histórica que a colocava na vanguarda das potências européias e anunciava a aventura da construção de um império formidável. A Coroa de Castela, associada à de Aragão, tinha superado uma guerra civil pela disputa ao trono castelhana, e sob o reinado conjunto de Fernando e Isabel se lança a uma devastadora carreira expansionista. Com a ren-dição de Granada, a 2 de janeiro de 1492, último reduto mouro em território espanhol, os reis põem fim a uma reconquista de setecentos anos. E a 3 de agosto do mesmo ano, enquanto os monarcas planejam a ampliação da reconquista aos territórios da África do Norte e as tropas espanholas guerreiam na Itália, uma pequena expedição castelhana capitaneada pelo genovês Cristóvão Colombo embarca em direção às terras do Grande Khan. Do combate aos judeus e mouros nos deslocamos para um novo espaço pagão, cujo domínio se torna uma missão redentora.

A realização do projeto asiático atesta o fervor proselitista da expansão cristã e a pretensão de estender suas esferas de influência aos territórios de ultramar. O próprio Colombo declara-se continuador de uma façanha histórica que se iniciou com a expulsão dos judeus dos reinos de Castela e Aragão, prosseguiu com o triunfo dos soldados castelhanos sobre os mouros na cidade de Granada e se completou com sua chegada às costas asiático-orientais. Nada parecia se interpor à prossecução do avanço castelhana, à conversão da Ásia em feudo papal governado por Isabel e Fernando e do planeta em templo celestial do *pantocrator* cristão. Essa aspiração encontrava respaldo no sábio florentino Pablo del Pozzo Toscanelli, que afirmava, em sua epístola de 1474 dirigida ao cônego lisboeta Fernando Martins, que o Grande Khan solicitara ao papa a transmissão da mensagem evangélica aos asiáticos e que os emissários papais nunca haviam chegado a seu destino.⁶ No contexto do maravilhoso asiático o fluir da temporalidade histórica permanece congelado: Toscanelli recolhe essa idéia de uma passagem brevíssima do *Milione* de Marco Polo, escrito quase duzentos anos antes, no final do século XIII. Por volta de 1492 a família dos poderosos che-

fes Khan pertencia por mais de uma centúria e meia ao passado e à lembrança. Mas a frase de Toscanelli justifica, segundo Colombo, que o projeto da travessia atlântica retome uma aspiração evangelizadora que deveria culminar ligando os Reis Católicos ao Grande Khan, a Europa à Ásia, e a cristandade ao reino prodigioso dos infiéis.

Se a "pequenez del orbe" possibilitava a consumação do ideal colômbiano de eliminar as fronteiras que anteriormente separavam os povos, sua missão histórica atingia o objetivo, apesar de errar o alvo. Quase trinta anos depois, em 1521, enquanto Hernán Cortés conquistava o México, se encontrava em Tidore — pequena ilha das Especiarias no arquipélago das Molucas — uma expedição espanhola com uma esquadra de naus portuguesas. A serviço da Coroa de Castela, Fernão de Magalhães descobriu o estreito que leva seu nome e atravessara penosamente a imensidão do oceano Pacífico para morrer flechado nas Filipinas. Seu lugar-tenente Elcano se encarregaria de completar a primeira circumnavegação do planeta, encerrando, com sua volta à Espanha, uma odisséia que é geralmente considerada a maior proeza marítima da "época dos descobrimentos". Por sua vez, os lusitanos, que desde o Tratado de Alcazobas (Toledo, 1479-80) detinham o controle da rota atlântico-africana, tinham contornado o cabo da Boa Esperança e estabelecido feitorias comerciais na Índia e nas Molucas. A expedição espanhola alcançava as ilhas das Especiarias pela rota ocidental; a portuguesa, pela rota oriental. Cancelamento definitivo da fragmentação do planeta que, sob o nome de "descobrimento do mundo", Jacob Burckhardt exalta como uma das façanhas gloriosas do Renascimento e do progresso. Foi muito mais que isso. Pois assim como o anverso tem seu reverso, a inscrição em ouro de "façanha, glória e fama", num dos lados da moeda, se lê como "domínio, opressão e morte" no outro.

Ao historiar a estada de Colombo em Portugal, Bartolomé de Las Casas enumera os motivos que levaram o genovês a expor em primeiro lugar seu projeto de exploração ao rei dom João II. Las Casas menciona o domicílio de Colombo em Portugal; sua busca de um príncipe cristão que o protegesse e lhe armasse os navios; o desejo do monarca lusitano de descobrir uma rota marítima para os tesouros da Índia. Já na primeira metade dos anos 80, a promessa da descoberta de tesouros fabulosos ocupa um lugar evidente no oferecimento de Colombo ao rei português:

Que por la vía del Poniente, hacia el Austro o Mediodía, descubriría grandes tierras, islas y tierra firme, felicísimas, riquísimas de oro y plata y perlas y piedras preciosas y gentes infinitas; y que por aquel camino entendería topar con tierra de la India, y con la gran isla de Cipango y los reinos del Gran Khan, que quiere decir en nuestro romance Rey de los Reyes grande.⁷

Esta citação deixa claro que Colombo pretendia alcançar as terras da Ásia Oriental pela "via do Poente", e que o objetivo declarado da empresa residia na "descoberta" de riquezas infinitas. Mas, como requisito para a realização do projeto, o genovês solicitou ao rei dom João II a concessão de uma série de privilégios; e o rei considerou "ser grave cosa pedir Cristóbal Colón tan grandes mercedes, tanta dignidad y preminencias", segundo as palavras do padre Las Casas.

Em 1485 Colombo abandonou Portugal em segredo. Em Lisboa tivera acesso a informação reservada e contraíra dívidas. Principalmente, soubera por seus amigos da corte que dom João II autorizara o envio de uma expedição clandestina destinada a corroborar a viabilidade do plano de encontrar o levante pelo poente. Este seria apenas o primeiro episódio de uma série de marginalizações sucessivas que o acompanharia até sua morte e que, interpretado pelo genovês como traição a sua pessoa, obrigava-o a procurar novos protetores fora de Portugal. Manteve, no entanto, sua amizade com o rei João II, com quem estabeleceria contatos ulteriores, colocando a culpabilidade da traição em subalternos da corte: os centros de poder exigem submissão e lealdade. Em todo caso, nesse mesmo ano apresentou na Espanha, aos Reis Católicos, um projeto de descobrimento semelhante. O novo centro de poder também lhe exigiria, é óbvio, submissão e lealdade. Desde as pinturas que representam Colombo se ajoelhando diante de Fernando e Isabel, até os cabeçalhos das cartas que o Almirante dirige aos monarcas em vários momentos e de lugares diversos, tudo indica a transparência das hierarquias. Se o problema não é a confusão de hierarquias, por que Colombo teria tanta necessidade de reiterar de modo tão explícito e exagerado sua sujeição aos poderosos?

Após a rejeição por um conselho de sábios em fins de 1485 (ou no início de 86), e após um pedido de reconsideração por uma comissão especial, a proposição do negócio asiático ficou estacionada. Mais uma vez foi feita uma lista de petições. Tratava-se, em essência, dos cinco favores anteriormente solicitados ao rei português, justificados por Colombo como recompensa a seu serviço, condi-

cionados ao descobrimento efetivo de terras, e que pareceram inadmissíveis a Ferrnando e Isabel. Nessa época a Coroa carecia de recursos e estava absorvida pela guerra de Granada contra os mouros. Também não podia permitir a participação de numlários espanhóis nos negócios coloniais, já que o sucesso da empresa contribuiria para enriquecer seus inimigos feudais num momento em que os reis lutavam por consolidar seu poder.⁸ Em última instância, foram seguramente as desmedidas pretensões de Colombo o que mais dificultou a aceitação do projeto. Pelas petições Colombo pretendia assegurar: 1) o ofício vitalício e hereditário de Almirante, 2) o cargo de "Visorey e Governador General en todas las dichas tierras firmes e ysias que como dicho es el descubriere o ganare en las dichas mares", 3) a décima parte de todas as riquezas obtidas dentro dos limites do almirantado, 4) a faculdade para julgar nos pleitos entre os mercadores, 5) a possibilidade de participar com a oitava parte em futuras expedições que negociassem com as terras descobertas, "e que tambien haya e lleve del provecho la ochená parte de lo que resultare de tal armada".⁹ Era lógico, como sugere Elliott, que a Coroa temesse que a concessão das condições exigidas pelo genovês pudesse culminar — se a empresa tivesse êxito — na instauração de um domínio feudal ultramarino ameaçador para os interesses e direitos da realza.

Que um desconhecido marinheiro ligure, apoiado em sua amizade com o reputado padre franciscano Antonio de Marchena, em sua convicção, num mapa-múndi e num punhado de autoridades geográficas, solicitasse tantos privilégios à Coroa para realizar sua empresa, deve ter motivado a desconfiança da realza. Esta desconfiança régia, alimentada por um círculo de interesses privados e pela condição de estrangeiro do marinheiro, criou a imagem de Colombo como um mercador apátrida disposto a oferecer seu negócio ao melhor comprador. Isso esclarece em parte por que posteriormente os reis limitaram seus privilégios a títulos hereditários e ao dízimo das riquezas obtidas nas terras descobertas. Explica também a reiteração, em todos os seus diários, da lealdade incondicional para com monarcas que na prática o despojariam de suas prerrogativas de poder. Na terceira viagem o Almirante voltaria à Espanha acorrentado, sob a acusação de interferir na extração de ouro da ilha Hispaniola e de encobrir as riquezas das Índias a fim de se apropriar delas em favor de outro rei cristão. Todavia, na relação da quarta viagem, um Colombo velho e doente combatia rumores de motins e insistia sobre a impossibilidade de "que um pobre estran-

gero se oviese de alçar en tal lugar contra Vuestras Altezas". E ao clima de incerteza reinante somou-se, desde o início, a desaprovção dos letrados ao projeto. Tanto filósofos como preladados avaliaram de modo negativo o plano de encontrar o levante pelo poente, chegando a considerar absurdas as idéias geográficas nele contidas. Tratava-se, no caso mais simples, das elucubrações de um sonhador, se não de um louco ou um visionário; no mais perigoso, de uma "coisa de italiano velhaco".

Em janeiro de 1492 o projeto foi novamente rejeitado por um conselho de especialistas. Desta vez, no entanto, as circunstâncias favoreciam uma apreciação mais generosa da empresa. A guerra contra os mouros chegava ao fim, a opinião dos doutos estava dividida e Colombo contava com o apoio de protetores influentes na corte — entre eles o duque de Medinaceli e o padre Juan Perez. Por outro lado, estava indo para a França, onde pretendia oferecer ao rei Carlos VIII seu negócio das Índias. A promessa da descoberta de riquezas pesou mais na balança que os possíveis fracassos, e o *escríbano de ración* dos Reis Católicos, Luis de Santángel, decidiu finalmente apoiar o financiamento do projeto. Através de uma autorização real ordenou-se a Juan de Coloma, representante da Coroa, a redação de capitulações. Conhecidas pelo nome de Capitulações de Santa Fé, estas foram autorizadas pelos reis em 17 de abril de 1492, e confirmadas em 30 de abril do mesmo ano, ato formal pelo qual se iniciava concretamente a empresa descobridora. Mas a Coroa não podia alimentar grandes esperanças em relação à primeira expedição. Embora atraente, o objetivo era vago; a esquadra descobridora, minúscula; os resultados, imprevisíveis. A expedição sequer levaria religiosos entre os tripulantes. No início, o problema que se destaca é o da tensão entre as aspirações do indivíduo e o poder centralizador que se qualifica de corpo coletivo. Esse mesmo problema, que persistiria até a morte do genovês, se veria agravado depois da primeira viagem devido à descoberta de terras desconhecidas ao ocidente. Nesse sentido, a segunda viagem de Colombo às Índias é seu verdadeiro rito de iniciação, e, conseqüentemente, o *Memento* a relação mais importante de todos os seus escritos. Se foi possível dizer que a viagem de 1492 é o batismo do Almirante, a de 1493 é sua prova de fogo.

Evangeliização e riquezas misturavam-se de modo inextricável no negócio asiático, respaldando-se mutuamente. De acordo com Pedro Mártir de Angleria, em sua primeira "década" ao cardeal Ascanio Sforza Visconti, escrita no final de 1493, Colombo propusera

aos Reis Católicos, Fernando e Isabel, descobrir ilhas limítrofes pela rota do ocidente “con las cuales la religión cristiana podría fácilmente aumentarse, y obtenerse inaudita abundancia de margaritas, aromas y oro”.¹⁰ Certamente a associação entre evangelização dos pagãos e direito à posse das riquezas orientais por parte do europeu não era uma idéia incomum na época. Mas, enquanto o ideal de expansão cristã constituía um elemento indispensável de justificativa da empresa, a Coroa devia preocupar-se com os favores outorgados a Colombo nas Capitulações de Santa Fé e com a possível descoberta de especiarias e metais preciosos. Só a partir da concessão de tantos privilégios — que se efetivariam uma vez descobertos os territórios que a Coroa reservava sob sua posse — cabe explicar a disputa ulterior quanto à questão de as capitulações representarem uma carta de mercê ou um contrato. No primeiro caso os monarcas mantinham plena liberdade para revogar o concedido unilateralmente; no segundo, ficariam sujeitos ao estipulado. E só a partir do fracasso do descobrimento dos tesouros anunciados, no contexto das crescentes expectativas, se pode entender o fenômeno da marginalização do Almirante de sua função de condutor da empresa.

A promessa de riquezas teve de ser decisiva — muito mais que os mandatos reais que obrigavam os habitantes de Palos a contrair com a empresa de Colombo — para que um mercador rico e respeitado como Martín Alonso Pinzón participasse da primeira expedição. Suas qualidades certamente tornaram-no insubstituível aos olhos de Colombo para levar adiante a empresa. A testemunha Francisco Medel assegura que “al tiempo quel dicho Martín Alonso Pinzón estaba ordenando la armada para ir el dicho viaje, dijo a este testigo que el dicho Cristóbal Colón había concertado con él de darle todo lo que el dicho Martín Alonso pidiese e quisiese”.¹¹ Por sua vez, Las Casas comenta como “con el principal, Martín Alonso Pinzón, comenzó Cristóbal Colón su plática, rogándole que fuese con él a aquel viaje y llevase sus hermanos y parientes e amigos, y sin duda es de creer que le debía prometer algo, porque nadie se mueve sino por su interés y utilidad”.¹² Promessas ao rei de Portugal, aos Reis Católicos, aos prestamistas, aos irmãos Pinzón, aos tripulantes. Estas camadas opressoras formadas de promessas, sempre necessárias, sempre superpostas e exercidas com o excesso típico do fantástico, nos remetem ao elusivo campo do maravilhoso aurífero contra o qual Colombo terá de lutar como diante de um monstro sagrado que engole seu próprio criador.

As promessas geram esperanças que ulteriormente devem ser recompensadas, ou pelo menos atualizadas, para garantir a continuação do empreendimento iniciado. Como responsável direto pela empresa asiática, os diários do Almirante não são desinteressados: a articulação do discurso observa com cuidado a sombra do destinatário e de seu entorno. Que a construção discursiva se desenvolve em torno à necessidade de persuadir ou de seduzir o destinatário do benefício da empresa, sejam os benefícios materiais ou espirituais, deduz-se da posição social do receptor, freqüentemente situado num posto de poder potencialmente consolidador ou ameaçador para a continuação do negócio. Isabel e Fernando são os reis que apóiam a empresa; Luis de Santángel é o *escribano de ración* dos Soberanos Católicos; Gabriel Sánchez, o tesoureiro de Aragão; dona Joana, a ama do príncipe dom João; Alexandre VI, o papa que delega poder à Coroa de Castela para a conversão dos súditos nas regiões ultramarinas.

A preocupação central de Colombo aparece de modo explícito na carta que este envia em agosto-setembro de 1501 à “Christianísima” rainha Isabel. “Yo veu este negocio de las Indias muy grande”, abre o segundo parágrafo da carta à rainha. Ao contrário da esperança, construída com base em superlativos, o medo de um fracasso se tece na trama dos semi-silêncios, em declarações irredutíveis: “yo he miedo que este negocio se pierda”.¹³ A problemática inscreve-se no texto *a posteriori* da renovação de expectativas, com o tom artificialmente descuidado dos temores indizíveis. Na realidade não era o “negócio” que entrava em crise, mas a credibilidade de seu diretor. Situada no âmbito da erosão da credibilidade pessoal, a procura de apoio dos poderosos não pode parar, e às promessas de riquezas soma-se a pretensão de sensibilizar a consciência da rainha através do apelo emocionado e entristecido do súdito. O mesmo propósito de garantir o futuro do negócio asiático anima a missiva dirigida ao “Beatissime Pater”. Alexandre VI em fevereiro de 1502.¹⁴ Deslizamos suavemente da esfera do poder temporal à do poder espiritual. Mudam os prêmios oferecidos — riquezas no primeiro caso, fiéis no segundo —, não a estratégia básica: Colombo suplica a colaboração de uma pessoa singular representativa de uma entidade poderosa e respeitada. É sob essa ótica que deve ser compreendida sua solicitação ao papa Alexandre VI do envio de sacerdotes e religiosos idôneos para a tarefa missionária da divulgação do Santo Nome nas Índias, pois a Santa Sé não só seria cúmplice da empresa colombiana como apareceria indiretamente anexada

Colombo → Colombo
Colombo → Colombo

a ela, na função de protetora. Desde o *Diario de a bordo* (narração da primeira viagem) até a *Lettera rarissima* (narração da quarta viagem), o desejo de consolidar o negócio asiático dita — apesar do significativo aumento das críticas e reprovações do Almirante a partir do *Memorial da segunda viagem* — a articulação de seus escritos.

Colombo não assumiu por contrato o compromisso de descobrir as terras anunciadas ou os tesouros desejados. O achado dessas terras e a exigência do mostruário de riquezas eram, no entanto, o documento invisível que angustiava o capitão da expedição. Definitivamente, o projeto asiático estava sustentado pela Coroa de Castela e por finanças pendentes dos resultados materiais. Difícilmente se outorgaria a direção futura à mesma pessoa se não fossem descobertos os territórios de promessa. E a empresa colombiã, por tantos anos amadurecida e frustrada, se desvaneceria como o projeto delirante de um sonhador. Pedro Mártir de Angleria se abstém, em geral, de julgar a verdade das conclusões geográficas de seu compatriota, mas em diversas passagens de suas *Décadas* exterioriza seu ceticismo, referindo-se a identificações errôneas, a “conjeturas falsas” e a “cosas fabulosas”. Por sua vez, o padre Las Casas nota com tristeza, apesar de sua evidente simpatia para com o descobridor, que o desejo de triunfo do Almirante culminou na percepção distorcida da realidade americana, enquanto o afã de cumprir o prometido aos reis culminou na destruição das Índias.¹⁵

Interpretada a partir da perspectiva da necessidade de recriação de um contexto maravilhoso a confusão asiática do Almirante parece menos desconcertante. Na famosa carta a Luis de Santángel, datada em 15 de fevereiro de 1493, Colombo apresenta as novas terras como região de riquezas inestimáveis, mas conclui prometendo ouro e especiarias em troca de ajuda material. Inclusive, uma identificação errônea e grosseira como a da ilha de Cuba com terra firme, criticada posteriormente pelo abade de Lucena e por vários tripulantes da segunda expedição — entre eles Juan de la Cosa —, se encaixa num subtexto de esperanças e pressupostos, pois até os próprios Reis Católicos, de acordo com o comentário de Las Casas, queriam confirmar em Cuba a presença de terra firme. Diz Las Casas:

mandaron eso mismo y encargaron mucho al Almirante los reyes, por escrito y por palabra encarecidamente, que lo más presto que pudiese, trabajase proseguir el descubrimiento de Cuba, para ver si era isla o tierra firme, como él creía y afirmaba, porque siempre los reyes pruden-

temente sintieron y el Almirante lo decía, que la tierra firme debía contentener mayores bienes, riquezas y más secretos que ninguna de las islas.¹⁶

É possível que, dividindo o peso dos desejos, Las Casas pretendesse desculpar o Almirante de seu erro. Não obstante, há prova suplementar: a do guia índio. Paolo Emilio Taviani afirma que no dia 11 de junho de 1494 Colombo soube, pelo testemunho de um índio, que Cuba era uma ilha. E a decisão de 12 de junho de inverter a rota e voltar à ilha Hispaniola, bem como a velocidade do procedimento notarial, onde se provava o caráter continental de Cuba, se deveriam ao desejo de “borrar la sospecha de que dichas islas eran un enorme archipiélago alejado de Asia”.¹⁷ As identificações do genovês são duvidosamente úteis, se não indispensáveis, para o prosseguimento da empresa.

Que Colombo estudou e anotou às margens de alguns livros, que se esforçou por identificar terras estranhas com as provenientes de suas leituras e que afirmou até a morte ter alcançado a Ásia pelo poente, é fato indiscutível. Dois textos comentados pelo Almirante contribuem para formar uma visão *a priori* da realidade a ser encontrada. São eles a *Imago mundi*, de Pierre d'Alilly-Louvain, entre 1480 e 1483) e a *Historia rerum*, de Eneas Silvio Piccolomini (Venezia, 1477). Além destes dois textos, a epístola de Toscanelli incide de maneira fundamental no processo de consolidação do projeto colombiano.¹⁸ Las Casas insiste várias vezes na importância de “Paolo, físico” (Toscanelli) em Colombo, chegando a afirmar que “asi creo que todo su viaje sobre esta carta fundó”.¹⁹ Em sua epístola, datada em Florença a 25 de junho de 1474, Toscanelli seleciona as notícias mais notáveis do relato de Marco Polo referentes ao Extremo Oriente e apresenta uma imagem espetacular da costa asiática. Do Extremo Oriente o astrônomo florentino especifica suas riquezas, comércio, construções, população, fertilidade da terra e unidade política. O conjunto de virtudes orientais destacadas na epístola se liga de modo inequívoco às vantagens de seu aproveitamento pelos latinos. Não se trata simplesmente de uma representação condensada do Oriente, mas de uma descrição estruturada em torno da ideia do benefício e da utilidade para o Ocidente cristão. Desse terríveis fabulosos os latinos poderiam extrair ganhos imensos, incluindo ouro, prata, gemas de todos os tipos e especiarias infinitas. A epístola conjuga de modo exemplar a representação do maravilhoso remoto. Quinsay é definida como “cidade do céu”; os

descripción de la carta

templos e os palácios de Cipango estão cobertos de ouro puro; nos portos de cidades magníficas uma multidão de marinheiros negocia incessantemente pimenta e outras especiarias. Mais surpreendente ainda, esses "lugares feracíssimos em especiarias de todo tipo e em pedraria", acrescenta Toscanelli, podiam ser alcançados com relativa facilidade pela navegação marítima rumo ao poente. O maravilhoso alia-se ao utilitarismo, compromete-se com ele e torna-se cumplice das Coroas ibéricas, perfilando-se como o dinamismo dos descobrimentos e conquistas. Situado entre o espaço mágico e o desejo renovado, o Oriente apresenta-se como um cofre de riquezas à espera do golpe certo dos comerciantes e aventureiros. Receberia, em compensação, a fé de Cristo, num duvidoso intercâmbio de absorções.

É unicamente através da epístola de Toscanelli que podemos deduzir a influência do *Milione* de Marco Polo (em sua tradução príncipe latina *De consuetudinibus et conditionibus orientaliū*, An-tuérpia, 1485) na visão inaugural da América. Quando, no *Diário de a bordo*, Colombo se refere a Cipango, "de que se cuentan cosas maravillosas", não fala nem de livros nem de Marco Polo, mas de esferas e mapas-múndi. Se um personagem tão propenso à enumeração de fontes escritas como o padre Las Casas sequer menciona Polo entre a vasta bibliografia diretamente impulsora do projeto colômbiano, especialistas modernos são mais incisivos. Segundo Juan Gil sabe-se até o ano exato — 1497 — em que o Almirante recebe do mercador inglês John Day o exemplar do livro de Marco Polo, incunábulo hoje conservado na biblioteca colombiana de Sevilha.²⁰ Por outro lado, Plínio, cuja *Historia natural* é comentada por Colombo, destaca-se no *Diário de a bordo* como um referente de autoridade. Mas é utilizado uma só vez (12 de novembro), como correção marginal e formal. Torna-se fácil verificar, além disso, que a maioria das anotações colômbianas à enciclopédia de Plínio são posteriores à chegada na América, pois elas descrevem a natureza da ilha Hispaniola. Se Colombo feu, antes de 12 de outubro de 1492, *Il Milione* de Polo ou a *Historia naturalis* de Plínio (em tradução italiana de 1489), o fez muito descuidadamente: estes dois textos não influem de modo específico ou decisivo em sua representação inicial do Novo Mundo.

A Ásia e suas riquezas constituem, de qualquer modo, o contexto de realidade referencial inquestionável. Por conseguinte, o desejo de enquadrar o Novo Mundo no modelo asiático gera tensões. As afirmações dos nativos, que através de sinais parecem compro-

var a existência dos tesouros imaginados, contribuem para amenizar as discrepâncias. E estas aparecem de forma velada nos diários colômbianos, devido à necessidade de reassegurar aos reis e prestamistas da empresa os benefícios do negócio. A associação automática da Ásia com uma zona do maravilhoso; as esperanças de lucro imediato; a vontade ferrenha de Colombo de consolidar o negócio asiático; nativos que confirmam a existência de riquezas: a convergência desses elementos dará lugar a conflitos inesperados na representação das Índias. Neste capítulo analisarei as cartas do Almirante como exemplo de "discurso duplo", como expressão da tensão entre sua imagem do modelo asiático e sua percepção da realidade do Novo Mundo. A imagem do modelo asiático caracteriza-se pela localização relativamente precisa, embora equivocada, da costa extremo-oriental num mapa rudimentar de Toscanelli; pela infundade de metais preciosos e especiarias a serem encontrados; pela proliferação de cidades magníficas e grandes comerciantes; e pelo desconhecimento dos hábitos e línguas de seus habitantes. A percepção das Índias, por sua vez, caracteriza-se pela pobreza dos habitantes, a ausência total de cidades e outros sinais de civilização, a beleza natural, a sugestão da colonização das terras e da exploração de suas riquezas. Chamo a essa discordância entre o esperado e o experimentado — discordância reconhecida apenas timidamente e sobretudo velada nos escritos de Colombo — os conflitos do maravilhoso.

Dos povos que disputavam o domínio das Antilhas à chegada dos espanhóis — os aruaques e os caribes — nenhum era autóctone da região: ambos haviam invadido as ilhas antilhanas a partir da América do Sul e exterminado os povoadores nativos. Tainos foi o nome genérico que os aruaques receberam dos espanhóis, sob o qual se reuniam os diversos grupos indígenas não pertencentes aos caribes. Os tainos eram agricultores. Cultivavam milho e *yuca*, extraindo dessa última planta o *casabe*,* licores doces e acres que usavam como mel e vinagre, lenha para o fogo e veneno. Praticavam, ainda, favorecidos pelas condições excepcionais da terra em que viviam, o cultivo da batata, pimentão, amendoim, *cabuyá*** e *magüey**** aproveitavam as frutas de uma flora variada, con-

(*) Pão de *yuca*, planta liliácea de cuja raiz se obtém uma farinha alimentícia. (N. T.)

(**) Corda. (N. T.)

(***) Palavra antilhana que designa o agave. (N. T.)

esperado ← → experimentado

Esta contradição
já se nota em
suas cartas...

2. HISTÓRIA DA ÚLTIMA OCCORRÊNCIA
ESTE CAPÍTULO 21

→ influência de Marco Polo y de Plinio

sumiam algumas variedades de cães — único animal doméstico comestível —, caçavam animais selvagens e eram habilidosos na pesca. ²¹ Os caribes, por sua vez, destacavam-se como povo belicoso e cruel. Atacavam as ilhas habitadas pelos tainos para capturar homens e mulheres e praticavam, se confiarmos nas versões de seus inimigos e nas crônicas dos viajantes, a antropofagia. Konezke sustenta que os tainos viviam com medo permanente das incursões dos caribes, a quem descreviam como cinocéfalos antropófagos, e que por isso puderam perceber nos brancos seus prototipos. ²² Por “caribes” (canibais) devemos entender fundamentalmente “inimigos”. Mas o termo “caribe” não possui uma acepção unívoca e estará sujeito a reinterpretações. Significará, para Colombo, de coragem, astúcia e soldado do Grande Khan a barbãrie, violência e desafio à Coroa castelhana; para os tainos, poucos anos depois do desembarque dos primeiros europeus nas Antilhas, um perigo menor.

Comparada ao cenário deslumbrante descrito pelos viajantes ocidentais em suas narrativas sobre o continente asiático, a zona antilhana é de uma simplicidade atroz. A cultura material dos indígenas caribenhos era pobre. Construíam moradias desmontáveis de forma circular ou retangular, trabalhavam a pedra, esculpiam a madeira e elaboravam pequenos adornos de ouro. Mas nas Antilhas nos encontramos distantes do centro europeu e próximos das fantasias dos expedicionários. Vimos que o maravilhoso se constrói no território do incerto, e a série ininterrupta de projeções de prodígios sobre as zonas vislumbradas pode ser vista como a confirmação desse princípio. A Ásia respaldada em particular por suas riquezas infinitas. E Colombo prometera a chegada às costas asiáticas com uma certeza desconcertante. Agora o Almirante, após seu efêmero contato com o Novo Mundo, reafirmava ter alcançado as ricas Índias Orientais por uma rota ocidental desconhecida. Não obstante, antes da chegada às Índias já recorria a um incipiente discurso duplo a fim de tranquilizar os subalternos: mantinha um conteúdo secreto da distância percorrida e um outro, público, no qual era, sistematicamente, menor o número de milhas navegadas.

As tensões narrativas operantes nos diários colombianos são encontradas no “interior” dos textos. Elas se infiltram profundamente nas conclusões de Colombo e as corroem por dentro. As referências à lentidão do descobrimento e da conquista, ao desconhecimento das terras e aos problemas de falta de comunicação; a oposição ao mito do enriquecimento rápido; a ênfase outorgada ao trabalho na

nova colônia; a crítica a espanhóis e índios; os múltiplos argumentos aos que, com fins apologeticos, o Almirante apela durante as quatro viagens, tendem a contrariar a validade de suas conclusões. A afirmação da compreensão dos gestos dos indígenas, por exemplo, fica desautorizada no *Diario de a bordo* pelo simples reconhecimento de que “por lengua no los entiendo”. E o impacto das condições repete-se, sob signos e contextos diversos, em todas as viagens posteriores. Embora Colombo acabe impondo um sentido viçtorioso a suas ações, seu triunfalismo descobridor e possessório não é cristalino. Pelo contrário, como quem responde à sombra ameaçadora do prometido ou desconhecido, compõe-se de aspirações e ansiedades plasmadas em estratégias retóricas que pretendem reconstruir a estrutura de seu negócio asiático. ²³

A discrepância entre o esperado e o experimentado formula-se no *Diario* mediante a inscrição de um duplo registro da realidade das ilhas recentemente descobertas. Um primeiro discurso parte da observação pessoal. Descreve a pobreza, nudez e beleza dos indígenas; nota marcas de feridas em seus corpos; especifica a espessura de seus cabelos e o tamanho de seus olhos; destaca a variedade e beleza da flora e da fauna das Índias. O segundo deposita sobre as regiões inexploradas as expectativas codificadas do distante maravilhoso: no interior vislumbrado deve haver “grandes poblaciones y cosas de grande provecho”. Enquanto numa primeira etapa o relato aparece circunscrito à descrição de habitantes, flora e fauna, numa segunda a observação transborda de significação. A correlação entre a beleza das novas terras e as riquezas materiais insere o novo nos códigos ditados pela autoridade tradicional. “Cuánto será el beneficio que de aquí se puede aver, yo no lo escrivio. Es cierto, Señores Príncipes, que donde ay tales tierras que deve de aver infinitas cosas de provecho”, anota Colombo a 27 de novembro. O Novo Mundo emerge como texto original no qual a inscrição da diferença vai sendo progressivamente ocultada pela superposição de identificaciones que tendem a satisfazer o horizonte de expectativas do receptor. Mas, apesar das referências constantes à “maravilla”, nos escritos do Almirante a máscara do maravilhoso começou a rachar. Particularmente dois motivos — a necessidade imperiosa de obter informação e o projeto colonizador — distanciam a empresa colombiana da herança do maravilhoso.

Nas Índias, o território descoberto permanece ignoto. “[...] que yo no la conozco que llevo la mayor pena del mundo”, lamenta-se Colombo no dia 23 de outubro. Dado que entrever o desconhecido

mucho interesante

discrepancia de rivis...
dois olhares!

e busca de riquezas coincidem, o itinerário explorador começa com a exibição aos indígenas de pequenos objetos de ouro, a invenção de gestos e sinais que indagam sobre a localização de minas e a enunciação de vocábulos que designam o ouro. Analogamente ao que ocorre com a voz celestial do arcanjo na narrativa da enunciação, que através da palavra fecunda a virgem, os vocábulos do comerciante parecem encarnar os objetos e trazê-los à vida. Mas, à medida que as caravelas percorrem a costa de um território, os europeus tornam-se cada vez mais dependentes da informação, dos nativos, dos cativos, e do conhecimento de suas línguas. A suposição original de Colombo da existência de uma língua indígena indistinta é uma distorção, desmentida no final da primeira viagem com a comprovação de uma pluralidade lingüística desfavorável para os interesses da empresa comercial. Portanto, a diversidade das línguas indígenas, reconhecida de modo explícito no *Diário de 13* de janeiro de 1493, inscreve-se no contexto da necessidade prementória de informação e da acumulação de riquezas: numa ilha chamam o ouro de *tuob*, de *cóna* em outra, de *nocay* numa terceira.

O reconhecimento da variedade lingüística, originado pela necessidade de comerciar, completa-se com um segundo elemento. A dominação do europeu sobre os indígenas, expressa no *Diário* em termos de conversão dos nativos ao cristianismo e de sua adaptação aos costumes metropolitanos, passa pela comunicação oral. Os reiterados comentários nos quais Colombo distingue a língua castelhana indígena (14 de outubro, 6 de novembro, 12 de novembro) indicam que a descoberta de minas de ouro e a exploração dos indígenas depende do aprendizado da língua. “Y dize que otra cosa no falta salvo saber la lengua y mandarles”, escreve a 21 de dezembro. Conhecimento das riquezas ocultas das terras; capacidade de domínio sobre os indígenas; evangelização dos pagãos: a realização dos três requisitos fundamentais para a consolidação da empresa — nesta primeira fase do descobrimento — dependem da instrumentalização da palavra. “Para saber lo que hay en la tierra”, “para mandarlos”, “que luego se tornarán cristianos”, as três são expressões associadas ao conhecimento da língua. A realidade americana demonstraria ser muito diferente do voluntarismo ineficaz daqueles que fantasiosamente a inventariavam. Assim como as contradições não poderiam ser canceladas por mediação da palavra, a geometria rigorosa do desejo teria de acomodar a uma realidade social e humana só parcialmente propícia aos desígnios imperiais.

O problema do conhecimento da linguagem dos nativos emerge no *Diário* como um obstáculo a ser vencido para a apropriação das riquezas. Por ilógica que pareça a anteposição do entendimento de um idioma à natureza das terras, ela observa uma lógica comum na fase inicial do descobrimento. Tampouco Américo Vespúcio, eternizado como um dos arautos do “novo mundo”, deixa de atribuir ao conhecimento da língua indígena um papel preponderante na consecução de riquezas. Na *Lettera* (Lisboa, 4 de setembro de 1504), ao recapitular os pormenores de sua primeira navegação às Índias, Vespúcio associa beleza natural a riquezas e assinala que “a princípio não vimos coisa de muito proveito na terra, salvo alguma amostra de ouro, creio que era porque não sabíamos a língua, pois o lugar e a disposição da terra não podem ser melhores”.²⁴ A citação atesta a confiança e o otimismo com que o navegante europeu aborda o descobrimento do Novo Mundo numa fase embrionária — etapa em que ainda era comum a confusão das terras americanas com os confins da Ásia —, embora silencie sobre o caráter imperial que recobre e impulsiona a empresa exploradora. Esse caráter imperial das expedições castelhanas foi transmitido, por sua vez, por Antonio de Nebrija em 1492, quando, ao introduzir sua *Gramática de la lengua castellana* à rainha Isabel, a acompanha com a reveladora frase de que “siempre la lengua fue compañera del imperio”.²⁵ Enquanto a Coroa de Castela atualiza a pulsão homogeneizadora assentada nas bases para a imposição do castelhano como língua universal, os viajantes descobrem nas Índias Ocidentais, a partir da experiência pessoal, a heterogeneidade de um novo mundo lingüístico incombível para o europeu medieval.

A surpresa de Vespúcio diante da variedade das línguas americanas atesta sua admiração diante do novo. “Diz-se que não há mais de 77 línguas no mundo, eu digo que são mais de mil, porque só aquelas que eu ouvi são mais de quarenta”, comenta em sua carta de 1500 a Lorenzo di Pier Francesco de Medici.²⁶ O conflito entre o caráter asiático da exploração e o emergir de um mundo ignorado conjuga-se, nos diários colombianos, de modo particularmente agudo. A partir de 24 de outubro de 1492 a inquietação diante do desconhecido concretiza-se na formulação “[que] por lengua no los entiendo”, interferência na comunicação que desvaloriza os comentários sobre a pretendida compreensão do significado das palavras nativas ao longo das quatro viagens. É esta lacuna na informação do valor das novas terras, compreendida como atraso para a consolidação bem-sucedida da empresa, que o Almirante se propõe resol-

de nuevo mundo, según San Y Vespucio
descubierta en América

ver. O aprendizado da língua de Castela pelo aborígene é incorporado a seu ideário mercantil como um passo indetectível, e na primeira torra-viagem transporta dez indígenas presos a fim de eliminar os obstáculos da falta de comunicação. Também concebe, para maior proteção, a idéia do aprendizado da língua aborígene pelo europeu. Captura especialmente mulheres indígenas, que "muito ensinarán a los nuestros su lengua" (12 de novembro). Quem se vê paralisado pela urgência da informação procura controlar o adversário transferindo penúria para o bando contrário. O visitante não abdica do utilitarismo imediato. Infringe a lei familiar em busca de poder: separa esposas de maridos e filhos para exigir favores; des-terra mulheres para forçar os nativos a comerciar com os espanhóis. A convergência forçada do doméstico e do social, do privado e do público, da interioridade e da exterioridade, anuncia a penetração da violência em todos os estratos da sociedade indígena. E a violência se propaga do despedaçamento do corpo social e familiar às particularidades das almas. Almas que peregrinarão incertas entre a antiga identidade e a nova que lhes é imposta, construída à base de medos e opressões.

Durante a segunda viagem Colombo experimenta o caminho inverso, o da familiaridade. Manda o frei Ramón Pané morar com os indígenas da ilha Hispaniola com a ordem expressa de obter informação sobre suas crenças e costumes. Argumentou-se que a Relación de Ramón Pané constitui a pedra angular dos estudos etnológicos americanos. Sua orientação proto-antropológica, no entanto, não deve desviar a atenção do contexto no qual se origina nem do propósito básico que a fundamenta. O próprio Pané se refere a esta razão básica, embora inadvertidamente, ao afirmar que "lo señor Almirante me dijo entonces que la provincia de la Magdalena o Macoris tenía lengua distinta de la otra, y que no se entendería su habla por todo el país. Pero que yo me fuese a vivir con otro cacique principal, llamado Guarionex, señor de mucha gente, pues la lengua de éste se extendía por toda la tierra".²⁷ Ainda na relação da quarta viagem, as referências à variedade das línguas indígenas vinculam a ignorância dessas línguas ao atraso na consecução de riquezas e funcionam como desculpa aos fracassos. "De todas estas tierras y de lo que hay en ellas", escreve Colombo no final da Letra, "a falta de lengua no se sabe tan presto."

Nebrija propunha o domínio dos "muchos pueblos bárbaros y naciones de peregrinas lenguas" ao jugo do idioma castelhano para que os vencidos aprendessem a língua do vencedor. Enquanto Ne-

bríja desejava a anulação do problema da diferença ancorado na noção de expansão, conquista e reconquista, Colombo interpreta a variedade linguística como um obstáculo ao expansionismo castelhano e especialmente a seu negócio asiático. À perspectiva do mercador se deve o reconhecimento, durante a primeira viagem, da diversidade das línguas indígenas, traço que acompanhava as empresas comerciais na medida em que a informação constitui uma mercadoria que dá acesso a outras mercadorias. Assim como os missionários se esforçariam para simplificar o processo de conversão ao cristianismo mediante o domínio da palavra do nativo, no modelo comercial o aprendizado dos vocábulos indígenas se torna estratégia e ingressa no universo dos objetos como um caminho para as minas de ouro. A noção de aprendizagem da língua dos nativos desempenha uma função estritamente utilitária e confirma o escasso interesse que a cultura dos índios caribenhos desperta nos viajantes.

Matheo (dona Marina), informante de Hernán Cortés, e o índio Felipito, informante de Francisco Pizarro, materializam os exemplos mais notáveis de uma vasta família cúmplice do europeu conhecida pelo nome de "índio intérprete". Colombo é o primeiro europeu que procura aproveitar-se de "intérpretes americanos". Mas esses índios-informantes caribenhos já levam em seus corpos e em suas almas a marca da incipiente preocupação do descobridor. São dois os elementos que exteriorizam a preocupação que Colombo preferire ocultar. Primeiro, a determinação ferrenha de acumular rapidamente informação sobre as propriedades das terras; segundo, a impaciência para capturar os ilhéus. Essa atividade febril do descobridor, destinada a consolidar seu lucrativo negócio das Índias, se completa com a despreocupação por ocultar na escritura sua conduta injustificadamente terrorista. "Y luego que legé a las Indias, en la primera isla que hallé", escreve em sua famosa carta de 15 de fevereiro de 1493 a Luis de Santángel, "tomé por fuerza algunos d'ellos para que deprendiesen y me diesen noticia de lo que avía en aquellas partes, e así fue que luego entendieron y nos a ellos cuando por lengua o señas; y éstos han aprovechado mucho."²⁸

Por sua vez, a Coroa reservou aos índios cativos a obrigação de transmitir a autoridade da Santa Sé católica aos novos súditos antilhanos. Na Instrução de 29 de maio de 1493 os reis ordenaram a Colombo que de todas as maneiras possíveis procurassem atrair os moradores das ilhas e terra firme ao cristianismo. Os monarcas decidiram enviar, a fim de ajudar o genovês em sua missão, o frade Buil e outros religiosos, "los cuales, por mano e industria de los in-

dios que acá vinieron, procure que sean informados de las cosas de nuestra Santa Fe, pues ellos sabrán e entenderán ya mucho de nuestra lengua, e procurando de los instruir en ella do mejor que se pueda'.²⁹ A utilidade dos índios cativos para as aspirações imperiais foi a razão alegada pelos soberanos para seu tratamento "amoroso", e não outra. A julgar pela posterior marginalização do Almirante, nem a informação ministrada pelos nativos nem a tarefa de convertê-los ao cristianismo lhe foram de tanta utilidade para manter-se como diretor da empresa ultramarina. Mas o que interessa apontar aqui é que, já durante a primeira fase do descobrimento, a dependência do europeu com relação ao indígena foi dupla. Se obter informação é fundamental para os interesses do expansionismo, também o é o estabelecimento de contatos entre os dois grupos. A função de estabelecer o primeiro vínculo entre as culturas é atribuída aos índios cativos. E a essa função mediadora se acrescenta, de imediato, a construção da ficção do poder dos estranhos.

Desde a chegada às Antilhas o europeu manipula as crenças indígenas e as inclina a seu favor. Isso fica claro quando, na carta a Santángel, o genovês refere que "hoy en día [os índios cativos] los traigo que siempre están de propósito que vengo del cielo, por mucha conversación que ayan havido conmigo". São precisamente esses índios cativos os encarregados de noticiar a chegada da gente do céu aos demais ilhéus, notícia que se alastra como rastilho de pólvora, "y estos eran los primeros a pronunciarlo adonde yo llegava, y los otros andavan corriendo de casa en casa y a las villas cercanas con bozes altas 'Venit, venit a ver la gente del cielo'". Não resta dúvida de que Colombo se esforça conscientemente para almentar e consolidar a imagem do estrangeiro poderoso. Além de saber perfeitamente bem que não procede da esfera azul e diáfana que rodeia a Terra, nota que os índios possuem um "ingenio sutil" e que acreditam que os forasteiros vieram do céu, porque nunca vieram gente vestida nem navios semelhantes. É só o primeiro exemplo da exploração do assombro nos indígenas por parte dos europeus, mecanismo que se repetirá, nos mais variados contextos, ao longo de toda a conquista da América. Nomenclatura das terras, tomada de posse, captura dos ilhéus, manipulação do assombro dos nativos, todas são, na realidade, expressões diversas do mesmo fenômeno de desconhecimento da autonomia da diferença.

A despreocupação do europeu em legitimar sua conduta, ou simplesmente em desculpar-se, é evidenciada ao passarmos da captura dos ilhéus a seu transporte nos navios para o Velho Mundo, onde

deveriam acelerar seu aprendizado dos desejos dos expedicionários. Dos dez indígenas cativos que Colombo leva à Espanha na primeira torna-viagem, sete morrem pelo caminho. Os três que sobrevivem voltam à América como índios-intérpretes na segunda viagem. Na altura de San Telmo de Xamaná, segundo a afirmação de Pedro Mártir de Anglería, o Almirante ordena que se solte um deles, mas os dois restantes esperam a noite, lançam-se ao mar e fogem a nado. Pedro Mártir então comenta que o genovês se vê forçado a depender de um "cierto Diego Colón educado entre los suyos, joven tomado en la primera navegación de la isla vecina de Cuba llamada Guanahani [...]". E destaca, adiante, a importância do "intérprete", assinalando sua função mediadora ao afirmar que Diego persuadia os demais indígenas a se aproximarem sem medo das naus espanholas.³⁰ Andrés Bernaldez confirma a versão de Anglería e lhe acrescenta o fator autoridade ao referir em várias ocasiões que "por intercesión del indio intérprete que hablaba", Colombo solicitava a obediência dos nativos, declarando ser o vassalo "de los altos y esclarecidos Reyes el Rey y Reyna de Castilla, sus señores, los quales le habían enviado en aquellas partes a saber y descubrir aquellas tierras y honrar mucho a los buenos y destruir a los malos".³¹ O insubordinado é facilmente identificável no contexto das dicotomias simplificadoras. Nesta primeira etapa da empresa descobridora, as intimações — enunciadas como respeito à Coroa — e as ameaças — expressas com o extermínio inevitável do malvado — parecem substituir as armas e relegar a um segundo plano a violência. Paradoxalmente, ela coincide com a identificação dos subordinados e insubmissos, com a busca e estigma dos inimigos, com a transferência de culpa e a deslegitimação da resistência. As palavras se desdobram em camadas ameaçadoras. Por um lado, alegam cumplicidade para neutralizar rebeldias e oferecem amizade para restringir o espaço das dissensões; por outro, advertem paternalmente para incutir o medo no desconcerto e para causar impacto com o terror útil. As palavras são a máscara perversa da agressão.

O maravilhoso e o poder freqüentemente se confundem. Uma das obrigações de Diego como intérprete consistia precisamente em transmitir aos indígenas a imagem visível do poder dos Reis Católicos. Castela, centro desse império e umbigo do mundo, devia, na versão majestosa do intérprete, aparecer aos olhos dos índios como o reino da autoridade absoluta. Por esse motivo, os diálogos entre o intérprete e os nativos se aproximam do monólogo, não da conversa. Diego averigua, fantasia ou censura. O benefício imediato re-

cai, obviamente, sobre os agentes dos soberanos no Novo Mundo, que se apressam a reafirmar sua condição de embaixadores de um império imbatível com gestos simbólicos de posse e tiros de bombardas. E como o imaginário do poder imperial precisa de atribuições fronteiriças ao território do maravilhoso, este se transfere para o próprio coração da península ibérica, voltando, com o deslocamento territorial, a seu verdadeiro centro de origem. O mirífico castelhanos compartilha com seu semelhante americano a imagem da abundância e da riqueza, embora se diferencie deste último pela capacidade de impor suas ficções e de castigar rebeldias. Bernaldez ilustra com clareza meridiana a discrepância entre os dois modelos do maravilhoso ao registrar, em sua *Historia*, o "diálogo" entre um cacique da província de Ornohay e o Almirante (via intérprete). O cacique dirige-se a Colombo com as seguintes palavras:

Eu sei que em todas as ilhas desta comarca, que é infinito número de pessoas e grande mundo, te devem e têm muito medo, e que puedes causar-lhes muito mal e dano se não obedecem ao grande-rei de Castela, teu senhor, pois já conheces o povo destas ilhas e sua fragilidade, e conheces a terra; pois antes que me tomes minhas terras e senhores, eu quero ir contigo, com minha casa em teus navios, para ver os grandes Rei e Rainha, teus senhores, e para ver a terra mais abundante e rica do mundo, onde eles estão, e para ver as maravilhas de Castela, que são muitas, segundo teu indio me disse.³²

Da citação se destacam quatro elementos-chave indicadores da exploração da imagem de poder forjada por agentes imperiais que se infiltram nas regiões da abundância para delas se nutrirem. Primeiro, o entrelaçamento de prodígios e temor, domínio e obediência; segundo, a sedução por meio de objetos e promessas; terceiro, a atribuição de guarda da ordem; quarto, a necessidade de manutenção dessa nova ordem instituída pelo visitante.

O primeiro motivo que rachava o edifício do maravilhoso mercantil eram as dificuldades do comerciante de ter acesso imediato às mercadorias. A necessidade de informação suplantava os objetos: estes eram anunciados, mas não revelados. O segundo motivo indicador dessa rachadura assenta-se na formulação de um projeto de cunho colonizador. Já no *Diario de a bordo* Colombo se refere às dificuldades inerentes ao processo de ocupação de um novo território e à construção de um enclave colonial. A costa asiática, reduzido de cidades opulentas e de portos magníficos, do intercâmbio espetacular de especiarias e metais preciosos, de mercadores e naus,

5º aqui está tb. demonstrada la dignidad con que el indio de coloco frente al español. "Vá para casa"

de um grande número de marinheiros e de artesãos, aflora como espaço do domesticável. O prodigioso surge submetido ao controle, domínio e exploração em benefício da Coroa castelhana; o extradiário fica desprovido de suas virtudes míticas. Povoar as Índias e colonizar a costa extremo-oriental, a idéia insinua-se no *Diario* um mês e meio depois da chegada à América. A 27 de novembro de 1492 Colombo fala de fundação de cidades e fortalezas, de seleção de lugares propícios para o assentamento espanhol, do clima temperado e da utilidade dos rios. Dois dias depois verifica a "disposición que para poblar en ella avia". E encontramos a primeira formulação explícita da idéia de colonização das Índias no início de 1493, na carta a Luis de Santángel: "La Spañola es maravilla: las sierras y las montañas y las vegas y las campiñas y las tierras tan ferrosas y gruesas para plantar y sembrar, para criar ganados de todas suertes, para hedificios de villas e lugares".³³ A citação ocupa certamente uma posição secundária se comparada às promessas de ouro e especiarias, o que indica sua função de respaldar a viabilidade da empresa. Mas, ao mesmo tempo, assinala a emergência de uma avaliação original das regiões portentosas. Estas não aparecem restritas à apropriação das riquezas disponíveis para o saque imediato: as noções de valor e de utilidade expandem-se a zonas de produção e de habitabilidade. Com a visão do estabelecimento de uma colônia prospera e organizada, orientada para o serviço dos interesses metropolitanos, mas nascida da dedicação de seus colonos e do trabalho dos nativos, despontam os sintomas iniciais — mas inequívocos — do enfraquecimento da imagem do mirífico remoto.

A representação do remoto maravilhoso apóia-se tradicionalmente na imagem de uma natureza esplendorosa e abundante. Mas só de modo secundário, pois o que se afirma como motivo central do quadro da desmesura é a presença de metais preciosos. A natureza intervém no intercâmbio entre nativos e comerciantes como simples pano de fundo, como galpão das matérias-primas e reservatório de mercadorias. Por outro lado, prevalece no relato dos viajantes medievais uma distinção nítida a respeito da divisão do trabalho. Ao aborígene corresponde a coleta e exposição das mercadorias; ao comerciante, chegar a elas, comprá-las ou trocá-las, transportá-las de volta à Europa e revendê-las com lucro. Os atores do intercâmbio podem ser mudos e negociar em silêncio, pois se comunicam no idioma da troca e dos valores relativos. A suposta abundância de metais e especiarias na costa asiática é de tal magnitude, que tanto a invasão e posse dessas terras como a exploração dos produtos menores resulta inútil, se não contraproducente.

Da descrição do *Diário* se infere o vínculo entre a beleza natural e a abundância potencial de especiarias e metais preciosos. Por essa razão, surpreende a sugestão de Colombo de alteração do contexto geográfico. Não resta dúvida de que motivos edênicos e bucólicos se projetam, desde o início, sobre as novas terras americanas. O *Diário* também mostra figuras retóricas típicas da poética pastoral, como a amplificação, a hipérbole e a sensualização. No entanto, a idealização da natureza não aparece restrita ao prazer da “visão”, ao contrário do que acontecerá, por exemplo, no caso do contato inicial de Américo Vespúcio com a costa americana. Numa carta datada de 18 de julho de 1500, enviada de Sevilha a Lorenzo di Pier Francesco de Medici e correspondente à primeira viagem de Vespúcio às Índias, este relata seu encontro com a natureza americana do seguinte modo: “descemos à terra, e encontramos tão cheia de árvores, que era coisa maravilhosa não só seu tamanho, mas também seu verdor, porque nunca perdem as folhas, e pelo odor suave que delas saía, que são todas aromáticas, davam tanto deleite ao olfato que nos causava grande prazer”. E mais adiante Vespúcio garante que o canto dos pássaros era tão suave e melódico, que frequentemente os rudes expedicionários ficavam arrebatados por sua docura, para concluir este panorama bucólico com a menção do caráter paradisíaco das terras: “suas árvores são de tanta beleza e tanta suavidade que pensamos estar no paraíso terrestre”.³⁴ Naturalmente, antes de voltar à Espanha os expedicionários tomariam à força 232 escravos de uma dessas ilhas bucólicas, e se aposariam de pequenas quantidades de pérolas, ouro em grão e pedrarias. Mas Vespúcio nunca se refere ao plano de se estabelecer nas regiões exploradas. É justamente a contemplação das novas terras como espaço físico propício ao assentamento e ao lucro o que distingue a apreciação colombiana dessas regiões do tropo literário do *locus amoenus* (temática da paisagem ideal). A mediação da convenção literária bucólico-paradisíaca influi na representação colombiana do Novo Mundo, como afirma o historiador Sérgio Buarque de Holanda,³⁵ mas essa mediação em nenhum momento é incompatível com a idéia de exploração da natureza.

O projeto colombiano supera os limites do simples modelo da feitoria comercial. “Y nos las trocavan por otras que nos les dávanmos”, escreve o Almirante na entrada correspondente ao dia 12 de outubro, acrescentando, a seguir, que os índios devem ser tratados com “amor” e “no por la fuerza”. Essa aproximação “con amor” e “no por la fuerza” deriva sobretudo das condições e circunstân-

cias do encontro das culturas, pois o projeto mercantil requeria uma modernidade ausente na retrógrada ideologia conquistadora que cercava o genovês — e que rapidamente o expulsaria do comando da empresa por ele idealizada e levada a cabo. Comércio e interesse são termos correlativos. Não é de maneira desinteressada que o Almirante exhibe seu mostruário de mercadorias e reparte quinquilharias reluzentes entre os indígenas. Mediante a entrega de “cosas muchas de poco valor” e da troca de produtos manufacturados por matéria-prima, de gorros coloridos, contas de vidro e guizos de latão por papagaios e fios de algodão, os intrusos pretendem assegurar a colaboração dos indígenas. Para isso contam com a poderosa arma da auto-representação, que, situada a meio caminho entre a improvisação e a repetição de um ato teatral previamente memorizado, destaca — das inúmeras variáveis que pulsam no encontro cultural — a generosidade dos visitantes.

“Ovieron mucho placer y quedaron tanto nuestros que era maravilla”, observa o Almirante depois de distribuir as iscas, antecipando que os nativos logo revelariam a localização das minas de ouro e se converteriam pacificamente à religião cristã. O recém-chegado troca generosidade por informação, amizade por conversão e migrações por amostras de ouro. Ao aborigene cabe cumprir a lei da reciprocidade e satisfazer as expectativas do europeu: deve revelar a localização secreta das minas de ouro, cristianizar-se e trabalhar em benefício do estrangeiro. Enquanto para o leitor europeu o espetáculo se desenvolve graficamente em torno do elemento lúdico ou bucólico, na América a aparente cordialidade dos signos oculta, nesta fase embrionária, o drama do desequilíbrio. Um único cenário se impregna de intenções heterogêneas e se vê entrecruzado por reações disparas. A ambição de riquezas se opõe, por parte dos indígenas, a surpresa; à ânsia de domínio, a curiosidade. Destaca-se o contato, desprovido de familiaridade.

Pressuposta a legitimidade da posse castelhana das Índias, assoma, junto ao desejo de acumulação de metais preciosos e especiarias, a noção de lucro a partir da alteração do contexto natural. Se as terras são bucólicas, se para relatar aos reis o arrebatamento visual “no bastarán mil lenguas a referillo ni su mano para lo escribir”, se a admiração pelo novo se reitera várias vezes pelo conceito de “disformidad”, beleza e diferença subordinam-se à exploração e trabalho na nova posse da metrópole castelhana.³⁶ A natureza americana torna-se meio para um fim, objeto de rendimento para um agente transformador: árvores altas e fortes convertem-se num

futuro império de naus espanholas; frutos e ervas são avaliados em relação a seu valor mercantil; montes estérteis metamorfosavam-se imaginariamente em colinas aradas por bois; de terras ignotas se fabricam planícies semeadas e vales povoados.

A distância era, na tradição do maravilhoso, o verdadeiro obstáculo entre o desejo e a posse do desejado. Partia-se do princípio de que a dificuldade residia no percurso, especialmente na chegada às zonas asiáticas. Zonas tórridas, rochas magnéticas, monstros marinhos, oceanos tenebrosos, tempestades ferozes, ventos contrários ou calmarias mortífera interrompam-se entre o objeto e sua posse na travessia marítima. Turcos, desertos, ladrões, feiticeiros, neblinas mágicas, idólatras maliciosos e espíritos malignos dificultavam o percurso terrestre. Mas, uma vez vencidos os obstáculos marítimos ou terrestres e chegado o viajante à meta desejada, a apropriação das riquezas se dava como um fato. Nada de cultivo das terras, de demoras, de esforços ou suores. Cumuladas de tesouros, as naus partiam da costa asiática; abarrotadas de sedas e diamantes, as caravanas dos comerciantes cruzavam os desertos.

Colombo inscreve-se no âmbito do fabuloso ao proclamar a fidelidade com que as naus reais sulcariam o Atlântico para voltar à Espanha carregadas de tesouros. O tenebroso trecho marítimo fora navegado com sucesso; restava aproveitar os benefícios das Índias. Mas o descumprimento do prometido foi afundando a imagem heroica do Almirante num mar de críticas. "Nació allí mal decir y me nospreio de la empresa comenzada en ello", se deixará no relato da terceira viagem; "porque no avía yo enbiado luego los navíos cargados de oro, sin considerar la brevedad del tiempo y lo otro que yo dixé de tantos inconvenientes." Timidamente no *Diario de a bordo*, e de modo decidido no *Memorial da segunda viagem*, opera-se um distanciamento das fórmulas maravilhosas como mecanismo de proteção, como escudo ante as expectativas desmedidas que o príncipe Almirante ajudara a erigir e que, transferidas para o Novo Mundo, se tornavam um inimigo imbatível. Em seus escritos irrompem, conseqüentemente, fatores contrários aos consagrados pela tradição do prodigioso: o desconhecimento das terras, a falta de informação, a lentidão do processo descobridor e os inconvenientes da empresa conquistadora e colonizadora. No *Memorial da segunda viagem* a América não causa admiração. Colombo não descreve a região antilhana como insólita ou assombrosa, e é nessa breve abertura à realidade que se expressam os sintomas mais visíveis dos conflitos do maravilhoso. Este deixa de ser homogêneo para divi-

viagens do maravilhoso

expectativas frustradas

obstáculos admitidos

dir-se em fragmentos designais; de ser automaticamente abundante para tornar-se um artefato a ser construído; de ser imediatamente acessível para transformar-se numa luta do europeu contra o entorno natural.

O *Memorial* exprime claramente o enfraquecimento do maravilhoso remoto. Quando Colombo envia aos Reis Católicos o relato detalhado dos fatos de sua segunda expedição, por intermédio de Antonio de Torres, que retorna à Espanha em 2 de fevereiro de 1494, não havia encontrado nada do prometido. Ao regressar a suas Índias idílicas defrontara-se com surpresas insuspeitadas. Os espanhóis que permaneceram em Villa Navidad — com a ajuda dos quais pretendia localizar as supostas minas de ouro — jaziam mortos por toda parte; da vila restavam apenas escombros. E a visão da destruição completa-se com a da decadência. Entre outros mal-estares, a febre amarela se apossa progressivamente da Isabela e o calor tropical apodrece os alimentos. Grande parte da expedição se vê forçada, por insuficiência de comida, a voltar para a Espanha. A adequação do *Memorial* à ruína da situação é inegável. As disputas na ilha Hispaniola, o egoísmo dos espanhóis, os problemas logísticos da exploração, a falta de alimentos: encontramos fatores concretos que interferem na busca dos metais preciosos. Mas a busca de riquezas obceca, e liga o descobrimento das novas terras à perseguição do maravilhoso num momento em que Colombo imprime a seu projeto um caráter marcadamente colonizador.

Referindo-se aos preparativos da segunda viagem, Pedro Mártir de Angleria registra em suas *Décadas* que Colombo preparava o transporte, para as Índias, de éguas, ovelhas, novilhas, e de muitas outras espécies, com os respectivos machos, para assegurar a reprodução do gado; que levava nos navios desde legumes, trigo, cevada e demais sementes mediterrâneas, não apenas com o propósito de comê-las durante a travessia, mas semê-las nas novas terras; que as caravelas carregavam também videiras e plantas de outras árvores desconhecidas nas ilhas antilhanas, porque na primeira viagem os expedicionários não tinham encontrado "ninguém árvól conocido, fuera de pinos y palmas, y éstas altísimas y admirablemente duras, grandes y rectas por la riqueza del suelo, y también muchos árboles que crían frutos desconocidos". Angleria nota ainda que os marinheiros falavam daquela terra distante como se fosse a mais fértil de todas que as estrelas rodeiam. E conclui assinalando que Colombo ordena "a cada uno de los artífices llevar todos los instrumentos fabriles, y quanto es conducente a edificar una ciudad

a realidade insípida e aberta vai se impoendo.

em extrañas regiones".³⁷ A imagem da arca de Noé que se associa de imediato à informação de Pedro Mártir é coerente com a formulação do projeto colonizador. De um projeto que, devido a sua orientação imperial, invalida tanto a opinião do nativo como a noção de reinvestimento dos lucros para o progresso da área periférica. Mas povoar o campo, aproveitar a terra, esperar os frutos do semeado e do plantado — fatores mencionados na carta a Santángel de modo marginal — passam a ser concebidos como a pedra angular do processo descobridor. Configuram o percurso inevitável para o reconhecimento efetivo de um território desconhecido e para a consecução das riquezas anunciadas. E a essa ameaça no panorama do maravilhoso, a essa nuvem que embaça a limpidez do fabuloso, Colombo logo acrescenta uma segunda advertência. Nas novas terras, enriquecimento rápido, esbanjamento e ascensão social — imagem que articularia os sonhos do conquistador — demandam esforço, moderação e trabalho.

O plano de transformação das Índias num híbrido, mescla de feitoria comercial e colônia de povoamento, nordeado de maneira exclusiva para o exterior e dependente da metrópole, suaviza a orientação predatória da ideologia conquistadora. Colombo se atém de passagem às ordens da Coroa, que na segunda viagem o envia aos novos territórios com a missão de povoar. Seu projeto colonizador não implica, no entanto, uma substituição do objetivo central da empresa — a remessa de metais preciosos e de especiarias —, mas seu complemento indispensável. O Almirante não pensa seriamente no cultivo do açúcar, primeiro produto agrícola das ilhas Canárias (escala das quatro viagens) e de importância fundamental na futura economia antilhana. Tampouco se aproxima das terras encontradas, supostamente a costa da Ásia, como espaço propício para a expansão dos produtos mercantis europeus. Procura no ultramar mercadorias asiáticas necessitadas (ouro) ou consumidas (especiarias) na Europa. Mas, com seu plano, idealiza o modelo da colonização que se imporia na América, uma vez passado o furor da rapina e do saque: propõe a implantação de uma economia sustentada pelo trabalho indígena e predominantemente mineradora, na qual as atividades agropecuárias serviriam de apoio à exploração dos metais preciosos em benefício da Coroa e dos colonos. Naturalmente, o plano logo degeneraria em assentamento de conquista, oprimindo a região antilhana com o signo da violência. Entre 1508 e 1519, teria de passar pelo extermínio em massa da população autóctone da ilha Hispaniola, pela extinção dos lucayos (habitantes das Bahamas), pela

devastação das Grandes Antilhas e pelo despovoamento das Pequenas Antilhas. Em todos os exemplos mencionados, devido às incursões de colonos ávidos de ouro e de mão-de-obra indígena escrava, Ovando, Hojeda, Ponce de León, Grijalva e Nuñez de Córdoba, entre outros, se encarregariam de realizar a caçada e matança dos nativos numa escala nunca sonhada pelo descobridor. É a época áurea dos baquianos e das compañias, bandos de expedicionários que, financiados por empresários da ilha de São Domingos, se especializaram em caçar seres humanos.

Das promessas originárias de riqueza nos deslocamos, no relato do *Memorial*, à necessidade de "consolar y esforzar esta gente que acá queda". Obrigado a salvaguardar a continuação da empresa das Índias, Colombo não hesita em reduzir drasticamente as expectativas geradas por seu projeto asiático. Reserva-se o estímulo das terras auríferas para manter sua viabilidade, mas a obtenção de riquezas, processo lento e trabalhoso, depende do esforço dos colonos e do serviço dos indígenas. Enquanto na primeira fase da exploração a mediação do intérprete indígena era introduzida como essencial para a descoberta de riquezas e para a imposição do poder simbólico, tempo, trabalho e esforço são privilegiados no *Memorial* como elementos-chave para a consolidação bem-sucedida do negócio das Índias. Tanto o descobrimento como a conquista e a colonização dos novos territórios requerem um tempo e um esforço *in situ*, desdenhados pela tradição do maravilhoso. Ao enumerar os obstáculos que, nas Índias, se interpõem entre o desejo e a posse de riquezas, o Almirante questiona expressamente a validade do modelo mitificador no qual a chegada à meta e o botim fabuloso coincidem. Enquanto a ideologia da conquista vaga pelos confins mágicos do maravilhoso, Colombo propõe projetos colonizadores de uma monotonia telúrica sem precedentes. Sempre com limites práticos, naturalmente, pois o processo descobridor e colonizador deve, ao mesmo tempo, despertar fantasias, estimular desejos e gerar esperanças.

Os relatos coetâneos da segunda expedição corroboram a discrepância entre a apreciação do Almirante e a de seus companheiros de viagem a respeito da situação da empresa das Índias. As cartas do doutor Chanca e de Guillermo Coma reafirmam a viabilidade da empresa eotombiana ao certificar a abundância de ouro, prata e especiarias que proliferam nas ilhas. O doutor Diego Alvarez Chanca, em sua carta dirigida ao Cabido de Sevilha, refere-se à fertilidade da natureza e ao grande tamanho dos animais; aos caribes

de 1508-1519

de 1508-1519

Chanca
Alvarez Chanca

2

idolatrias, cruéis, mentirosos e ciumentos até a loucura; a indígenas sensualistas que desconhecem a avariza ou o desejo de riquezas; e também fala de quantidades de ouro que superam a imaginação, tanto ouro “que no lo osa ombre dezi”³⁸ Guillermo Coma, por sua vez, em seu relato *Sobre las islas recientemente descubiertas del mar Meridiano e Indico* (Pavia, 1497), destaca a beleza e fertilidade inenarráveis das ilhas, dota a natureza americana de qualidades insuperáveis — alegando que ela “no es avara, no es tacaña, toda ella fértil y acogedora” —, e narra o encontro entre expedicionários europeus e índios desprovidos de cobiça, mansos, suaves, amistosos, de unhas polidas e dentes brancos como o marfim. Este cenário de bucolismo servil, que coloca os tainos caribenhos numa suserpeia proximidade com o bom selvagem do oitocentos, só não é mais absurdo porque se tem a desagradável sensação de ser o espectador de uma obra teatral mal ensaiada. As contraposições são de uma simplicidade épica, cada grupo de indígenas encarnando virtudes diferenciadas e antagonicas.

No contexto das oposições absolutas, nem sequer emerge aquele demônio inimigo que o grupo de heróis deverá perseguir até a rendição ou a aniquilação. A narrativa privilegia personagens estáticos, de qualidades imutáveis, tendendo para uma mitificação atraente, mas penosamente superficial. Sagacidade, coragem, astúcia, bestialismo, crueldade, os diversos elementos que compõem a imagem do índio caribe, refletem mais a linguagem artificial do assombro que a realidade do encontro entre duas culturas diferentes. E, tal como afirmara o doutor Chanca, na avaliação de Coma as riquezas das Índias são inestimáveis e de uma abundância indizível. Este último chega a visualizar, num exemplo cabal de sua imaginação prodigiosa, a chegada triunfal dos Reis Católicos, Fernando e Isabel, dominadores do mundo, à ilha Bella (a Isabel). Trata-se da mesma ilha Isabela que os espanhóis deverão abandonar devido à febre amarela, mas Coma imagina os soberanos zarpando de Cádiz, desembarcando em seus reinos ultramarinos, deleitando-se com suas poses, passeando por cidades com traçado de tabuleiro, ruas largas, casas reluzentes e templos opulentos.³⁹

O mais crítico dos relatos referentes à situação nas Índias, o de Michelle de Cuneo — dirigido a Gerolamo Annari entre 15 e 18 de outubro de 1495 —, avalia as ilhas antilhanas estritamente do ângulo dos benefícios imediatos. Cuneo aponta a inutilidade de escravizar os índios, “bestas famintas” de vida curta, brutas, frágeis, comedoras de aranhas e caranguejos venenosos; adverte que os múltiplos

signos de riquezas não provam a existência de ouro; refere-se à beleza e fertilidade das ilhas, mas quebra o bucolismo insular infantando-o com uma praga de mosquitos tão indesejável como incontrolável.⁴⁰ A desmitificação realizada por Cuneo nos remete substancialmente ao horizonte da cobiça impaciente pelos metais preciosos. Indígenas e riquezas aparecem como termos equivalentes; pior ainda, os primeiros são simples instrumentos para a consecução das segundas. Na concepção de Cuneo, o problema reside na fragilidade física dos nativos e na insuficiência dos signos comprobatórios dos metais preciosos: o despojo das novas terras não compensa o trabalho. O restante de seu relato ajusta-se a esse defeito capital das Índias, constituindo uma informação marginal que certifica sua viabilidade imediatista do botim.

Que cada um dos relatos coetâneos se estrutura a partir dos interesses pessoais de seus autores fica comprovado pela descrição em comum de um incidente singular: o assassinato do índio caribe. A narrativa de Coma a respeito exemplifica a valentia heróica. Seu relato trata da ânsia de sobrevivência de um canibal valente que, ferido pelas flechas espanholas, expira depois de esforços heróicos; o mesmo canibal é retratado por Cuneo como um infeliz que, ao tentar escapar dos espanhóis, é içado com um gancho à borda da nau, onde lhe cortam a cabeça com um machado. De modo similar, as “cidades reais” das Índias de Coma transformam-se em “aldeias” para Cuneo; e Colombo, equiparado à venerável figura de Moisés pelo primeiro, converte-se, no relato do segundo, num personagem autoritário e dogmático, num ser humano movido — como o próprio narrador — pela ambição irrefreável do ouro bendito.

Tão radicalmente contrárias são as versões, e tão dependentes de magnificar as riquezas (Chanca), de assombrar o leitor e de satisfazer suas expectativas (Coma) ou de analisar as possibilidades de benefícios imediatos (Cuneo), que pouco resta nelas do projeto colonizador de Colombo. Mas, diferentemente de seus companheiros de viagem, o Almirante depende de resultados mais contundentes que o projeto de colonizar terras remotas. Pelas Instruções da terceira viagem a Coroa exigirá a conversão dos indígenas e a construção de fortalezas, mas também a centralização dos negócios em casas de aduana. O motivo deste último ponto não era outro que o controle dos ganhos auríferos, controle que a Coroa resume ao ordenar a conversão do ouro que houvesse nas Índias em moedas do reino “porque con esto se evitará de hacer fraudes e cautelas del dicho oro en las dichas Indias”.⁴¹ Na ilha Hispaniola havia ouro,

e muito. Mas seria preciso esperar a intervenção da iniciativa privada, fundamentalmente entre os anos 1502 e 1520, para comprovar os resultados materiais da exploração das areias auríferas encontradas em leitos fluviais. Estima-se que entre os anos 1492 e 1520 saíram do Caribe nada menos que 30 mil quilos de ouro em direção a Sevilha, quantidade que excede a produção total da Europa nesses anos e cifra superior à totalidade do ouro acumulado pelos portugueses na África.⁴² Desse total, muito pouco correspondeu à gestão do Almirante. Os grãos de ouro que este enviou à metrópole só podiam servir de estímulo para a exploração, não como compensação de expectativas depositadas na empresa. Embora o ouro seja o elemento fundamental do negócio, Colombo também precisa de servos para o cultivo das terras e de recompensas visíveis para os investidores da empresa. E durante o reconhecimento dos novos territórios elaboram-se planos alternativos que tendem a garantir o prosseguimento de sua empresa: concebe fontes remunerativas a partir da escravização de seres humanos, em especial dos temidos "canibais", que participam de sua rota comercial — como na da ideologia europeia da época — como mercadoria rentável.

A idéia da inexistência de tribos antropófagas percorre o *Diário de a bordo* até o fim da viagem. Colombo desconfia inicialmente dos testemunhos dos tainos, que expressariam seu medo do inimigo classificando de canibal o morador das ilhas vizinhas. Depois supõe que o vocábulo "caniba" designaria índios superiores, pertencentes ao Grande Khan, que escravizam índios covardes e indefesos, "fuera de razón". Num terceiro momento nega a associação entre ferocidade e canibalismo. O Almirante rejeita a idéia da antropofagia caribe mesmo diante de dois índios que reclamam com seus corpos disformes terem servido de festim aos canibais (17 de dezembro). Surpreendentemente, a 13 de janeiro de 1493 sua posição muda de maneira radical. A partir desse dia passa a afirmar que os canibais "comen a la gente que pueden haber". A mudança não só invalida sua postura anterior como implica uma profunda inversão valorativa a respeito do índio americano. Na primeira instância a avaliação do indígena guerreiro se caracterizava por sua positividade; eram "gente de razón" (23 de novembro), astutos e engenhosos (5 de dezembro). Sem passagens intermediárias, bruscamente, a positividade atribuída ao índio guerreiro se transforma em insubmissão do bárbaro.

Quem se desvia dos desejos imperiais ingressa na condição de rebeldia frente à Coroa castelhana, representada por Colombo. E

o desacato à autoridade real forja a identidade de um rebelde, mercedor de um castigo que se concretiza na escravidão. Em contraposição direta ao insumisso, o nativo "manso", caracterizado por sua docilidade e pacifismo, é integrado ao processo descobridor como súdito da Coroa e obrigado a trabalhar em benefício dos reis. De repente o mundo parece reduzir-se a senhores, servos e rebeldes. Mas até recentemente — em particular até a chegada das naus estrangeiras — as normas sociais eram outras. Quem estava em vantagem nas relações de poder antes da chegada dos estranhos possivelmente projetou sobre eles traços redentores; pelo contrário, o grupo mais poderoso devia percebê-los como uma ameaça à qual resistir, pois sua intervenção implicaria a subversão da ordem estabelecida. Mesmo a frágil distinção entre nautas da esperança e vizinho inimigo se iria apagando à medida que se consolidava a autoridade dos estrangeiros.

A rapidez das inversões valorativas atesta a velocidade das mudanças objetivas que ocorriam paralelamente em solo antilhano. Da parte do indígena rapidamente dominado se operou, devido ao desagradável de sua nova condição de servidor, uma reavaliação do significado do estrangeiro, antes percebido como um aliado potencial. Se os caribes logo confirmariam seus temores, os tainos reinterpretaram a posteriori dos acontecimentos suas ilusórias expectativas e as ajustaram à nova realidade. Isso fica claro numa passagem da *Relación* de frei Ramón Pané, que recolhe as crenças e mitos dos aborígenes da ilha Hispaniola, e que num momento de seu relato alude à profecia de um venerado cacique:

Y dicen que este cacique afirmó haber hablado con Yucahguamá, quien le había dicho que cuantos después de su muerte quedasen vivos, gozarían poco tiempo de su dominio, porque vendría a su país una gente vestida, que los habría de dominar y matar, y que se morirían de hambre. Pero ellos pensaron primero que éstos habrían de ser los canibales; mas luego, considerando que éstos no hacían sino robar y huir, creyeron que otra gente habría de ser aquella que decía el cemi. De donde ahora creen que se trata del Almirante y de la gente que lleva consigo.⁴³

A oscilação na representação dos protagonistas da contenda expressa a profunda desestruturação de um sistema social estabelecido e a formação de outro, novo, que o substitui. Mas trata-se de uma oscilação incapaz de voltar a seu ponto de origem, já que toca o pólo da maldade. Tanto no caso dos tainos como no do genovês, a re-

Um ficcionalizado → confabulações

apresentação desloca-se da imagem de cumplicidade à de confronto: a passagem para o demónio atesta a separação radical que cancela a ilusão da cumplicidade das culturas.

A dicotomia submissão/insubmissão em relação aos monarcas, que impregna os escritos colombianos desde o relato da primeira viagem, sugere a manipulação de rótulos com o objetivo de “criar” rebeldes passíveis de serem escravizados. Pois, uma vez qualificado de canibal rebelde, o indígena merece ser dominado por meios violentos e ser vendido como escravo a fim de saldar o déficit da empresa. Escreveria anos mais tarde o padre Las Casas em sua *História de las Índias*:

Deste paso y de otros muchos en esta materia y granjería de esclavos que sé del [Colombo], tive para mí por averiguado que deseaba que los tristes inocentes indios dejasen de acudir con los tributos y servicios personales que les imponía, o que huviesen o alzasen, como él y los demás decían, y hoy dicen los españoles, o resistiesen a él y a los demás cristianos, [...] por tener ocasión de hacerlos esclavos y cargar todos los navíos dellos, y engrasar y prosperar su granjería.⁴⁴

Os dados que Las Casas registra desartam o andaime ideológico que, assentado sobre uma base económica objetiva, transmite resistência justificada em rebeldia selvagem. A contenda entre a apoloogia da expansão e a impugnação da conquista se estabelece no plano da legitimidade dos títulos. Mascara uma construção cultural pressupõe a naturalização da passagem da realidade nominal à ontológica; desmonta-la requer o caminho inverso, iluminar a fragilidade e relatividade dos postulados essencialistas.

A carta a Santángel atesta o processo de instrumentalização que liga canibalismo a idolatria e escravidão. Na missiva Colombo se propõe a carregar os barcos com escravos, “que serán de los ídólatras”. A súbita referência a “los ídólatras” intriga, se não desconcerta, pois durante a primeira viagem o Almirante nega de modo consistente a prática da idolatria pelos aborígenes. Frases como “no le conozco secta alguna” (16 de outubro), “porque yo ví e cognosco que esta gente no tiene secta ninguna ni son ídólatras” (12 de novembro) repetem-se no *Diário*, associando-se à facilidade com que a tábula rasa encarnada pelo taino pode ser escrita com a palavra do cristianismo e moldada pelos valores a serviço dos interesses imperiais. O caribe, pelo contrário, primeiro conhecido por Colombo a partir de boatos e testemunhos de outros, e depois “reconhecido” numa pequena escaramuça na qual acreditou “que eran los de Ca-

rib y que comiesen los hombres”, desloca-se da condição de guerreiro astuto à de renuente à santa religião, incorre em práticas inumanas e peca por idolatria. Com todo direito, o vício do canibalismo e o da idolatria merecem ser extirpados e erradicados das Índias, o caribe encarcerado e o indígena americano enviado à Espanha na condição de escravo. Enquanto a colaboração com o europeu equivale a exploração, a resistência implica escravização. E Colombo não demora a executar sua “missão” cristianizadora: transporta servidores americanos na primeira torna-viagem, escravos na segunda.

A proposição do intercâmbio de canibais por animais de carga do *Memorial* vem acompanhada, na segunda viagem de regresso à metrópole, por um contingente de escravos americanos que desembarca na Espanha. Pedro Mártir de Angleria presencia emocionado sua chegada à cidade de Medina del Campo, feira dos grandes comerciantes europeus, e declara que “no hay quien los vea que no confiese cierto horror que siente en sus entrañas: tan atroz, tan infernal aspecto tienen por su natural y por su crueldad”.⁴⁵ A experiência pessoal destaca-se como categoria confirmadora de preconceitos. Se “por experiencia” Pedro Mártir, humanista da corte, reconhece num grupo de escravos desterrados um bando de canibais atrozes e diabólicos, Colombo, empenhado de ultramar, identifica nas Índias rebeldes nascidos no contexto ideológico da Europa expansionista. Em última instância, a proposta da escravidão completava uma relação de desigualdade instituída antes do desembarque do viajante em ilhas caribenhas e simbolizada na América pelo ato formal da tomada de posse. O dia 12 de outubro de 1492 documenta a subordinação automática do indígena à Coroa de Castela, re-presentando a escravidão dos canibais o pólo mais extremo do processo de degradação do índio americano.

Colombo não inventava, com sua proposta aos monarcas, o núcleo do comércio de escravos, embora o efetivasse na América. Também não era a primeira vez que as potências ibéricas exploravam as populações dominadas. Antes da fase dos grandes descobrimentos, desde o ano de 1441 (expedição de Antão Gonçalves), Portugal iniciou um intenso tráfico de escravos africanos para o reino. A partir desse ano a Coroa lusitana compensou o déficit crônico do tesouro real mediante o tráfico negro. Além do mais, a legalidade de certos tipos de escravidão já estava codificada no século XIII, nas leis das Sete Partidas. O fato de que, no final do século XV, um grande número de escravos negros procedentes da Guiné servisse em Por-

tugal e na Andaluzia comprova que se tratava de um negócio extremamente lucrativo.⁴⁶ A mentalidade escravocrata do comerciante lígure não discordava sequer da política seguida pelos reis de Castela e Aragão durante a Reconquista. Fernando e Isabel cobriram os custos da guerra e recompensaram os militares que participaram da campanha de Granada (1482-92) mediante a venda de escravos mouros que opuseram resistência ao avanço castelhano; esse relato explicaria, segundo Konezke, que no início os Reis Católicos concordassem com as idéias escravocratas de Colombo e com o envio imediato dos indígenas capturados para a metrópole.⁴⁷

No dia 12 de abril de 1495 os Soberanos expediram de Madri uma Real Cédula sugerindo a venda, na Andaluzia, dos escravos índios que vinham nas caravelas. Note-se que o documento real especifica o local geográfico devido a suas vantagens sobre os locais alternativos: “parécenos que se podrán vender allá mejor en esta Andaluzia que en otra parte”.⁴⁸ Konezke assinala que a ordem foi suspensa quatro dias depois, a fim de deliberar acerca da legitimidade jurídico-teológica da autorização real. É preciso notar, no entanto, que os reis esgrimiram como único argumento para a suspensão da Real Cédula o desconhecimento do motivo do Almirante para capturar os indígenas: “y esto no se puede hacer hasta que veamos las cartas que el Almirante nos escriba para saber la causa por qué los envía acá por cautivos, y estas cartas tiene Torres que no nos la envió”.⁴⁹ Faltava esclarecer as razões para o escravismo, que, dependendo das circunstâncias, podia ser justo ou injusto. A noção de rebeldia frente à Coroa anunciava as Reais Provisões que, ao justificar a captura dos canibais rebeldes, acabariam se confundindo, apesar do peso de consciência metropolitana, num escravismo indiscriminado.

Nesse contexto histórico e ideológico, nimbado pela imagem gloriosa da Reconquista e do expansionismo castelhano nas ilhas Canárias, aos quais se somava, na América, a urgência de atenuar o fracasso econômico da empresa, cabe entender a solicitação, no *Memorial* da segunda viagem, da licença para negociar escravos canibais por gado e animais de carga. Mas outros signos também começavam a demonstrar que, para triunfar, o negócio das Índias devia investir na violência. A passagem do projeto colonizador para uma modalidade de opressão mais clara e direta deu-se com a imposição de uma instituição que não era nova na América, mas à qual o europeu conferia um giro insaciável: o tributo. O projeto colombiano entrava numa fase diferente, marcada pela dependência da mão-de-

obra nativa, e o escravismo seria sua versão extrema. Costuma-se tachar de “vergonhoso” o oferecimento de Colombo para negociar escravos canibais por animais de carga, e contrapô-lo à mensagem humanitária expressa nas Instruções Reais. Não resta dúvida de que as Instruções Reais especificam como propósito primeiro da expansão a conversão dos índios à santa fé católica, exigindo um bom tratamento para os indígenas, e contemplam o castigo daqueles espanhóis que maltratam de qualquer maneira os naturais das ilhas. Na Instrução de 29 de maio de 1493, por exemplo, ordena-se que o Almirante “procure y trabaje a traer a los moradores de las dichas islas y tierra firme a que se conviertan a nuestra santa fé católica” e até que obriegue todos os espanhóis a tratar “muy bien e amorosamente a los dichos índios, sin que les fagan enojo alguno, procurando que tengan los unos con los otros mucha conversación e familiaridad, haciéndose las mejores obras que se pueda”.⁵⁰ Mas frequentemente as famosas Instruções ocultam, detrás de sua fachada paternalista, uma realidade profundamente anti-humanista.

Desde sua juventude até sua morte, Fernando, o Católico, exibiu dotes excepcionais para o exercício da duplicidade e da simulação. Forjou documentos espúrios, expediu instruções públicas bondosas que depois cancelava em documentos secretos, apresentou escravos a sua Santidade e fortaleceu o poderio da Coroa quebrando promessas e tratados. Não em vão Fernando era modelo de príncipe para Maquiavel, que, referindo-se ao monarca aragonês, escreveria:

Algun príncipe dos tempos atuais, que não convém nomear, não prega senão a paz e a fé, mas de uma e outra é ferrenho inimigo; uma e outra, se ele as tivesse praticado, ter-lhe-iam por mais de uma vez tolhido a reputação ou o Estado.⁵¹

Em comparação a Fernando, Colombo parece ter destinado seu engenho e sua duplicidade às cartas expositivas, com sucesso duvidoso, na mais positiva das avaliações. Em todo caso, a justificativa ético-religiosa esgrimida no *Memorial* para caçar e exportar canibais escravos revela-se ineficaz, mal compensa as expectativas do monarca aragonês e pouco dissimula os apertos financeiros por que passa o negócio asiático.

Se para os padrões do século XVI a inclusão do indígena dócil como servidor da Coroa, passível de ser convertido ao cristianismo, inaugura a avaliação paternalista do aborígene antilhano, à medida que o Almirante acumula reverses, sua percepção dos índios torna-

se cada vez mais redutora. Enquanto no *Diario* estabelecia uma distinção entre serviço à Coroa (índigenas mansos) e desobediência para com ela (caribes), progressivamente os nativos se transformam num plural genérico marcado pela ferocidade e a selvageria. Na carta a dona Joana, ama do príncipe dom João (1500), eles são “gente belicosa”; “un cuento de salvajes y llenos de crueldad y enemigos nuestros” na *Lettera rarissima* (1503). A mera gestualidade delata o bárbaro nesse último relato, e o gesto dos índios transformam-se em signo revelador de bestialismo, evidência de canibalismo e prova de maldade: “Otra gente fallé que comían hombres; la desformidad de su gesto lo dice”. Essa afirmação se confronta diretamente com o exposto na carta a Luis de Santángel, quando, no início de 1493, o Almirante se referia aos canibais alegando que “ellos no son más disformes que los otros”. Na epifania da religiosidade colombiãna o índio perde sua generosidade primitiva e degenera em besta bruta que, para seu próprio bem, precisa ser escravizada. Mais que uma alteração na conduta dos índios antilhanos — embora esta também tenha ocorrido — presenciámos, na passagem da representação do bucolismo servil à representação do barbarismo indômito, o processo de desintegração do projeto asiático, tal como fora concebido por Cristóvão Colombo. Assísimos, em particular, a sua marginalização dos processos decisórios e a sua exclusão dos benefícios a serem obtidos pela espoliação característica da segunda fase da primeira etapa da empresa conquistadora.

O negócio das Índias dividira-se em dois pólos de interesses, o dos monarcas como sócios capitalistas e o de Colombo como sócio industrial. Isso em teoria, porque a partir do fracasso da segunda viagem, pressões econômicas e interesses privados tinham começado a minar o monopólio atribuído ao genovês nas Capitulações de Santa Fé. Este, apoiado nas concessões das Capitulações, via-se como o diretor de uma empresa comercial monopolizadora e fazia uso desmedido de seus privilégios. Privilégios que implicavam a restrição à liberdade de possíveis sócios da empresa estatal, que viam diminuídas — se não anuladas — suas oportunidades de intercâmbio comercial ou de enriquecimento rápido. Por outro lado, a Coroa não possuía recursos financeiros suficientes para sustentar uma feitoria ultramarina de demandas consideráveis e de resultados materiais insignificantes. As medidas de Fernando, o Católico, indicam que o monarca logo compreendeu que a centralização dos direitos e deveres numa única pessoa significava um obstáculo para o descobrimento das zonas inexploradas e para a obtenção de ri-

*A Índias
como negócio*

quezas. Entre outras expressões de descontentamento com o rumo do negócio das Índias, em 10 de abril de 1495 os reis ofereceram por uma Real Ordem passagens gratuitas de ida aos súditos que desejassem negociar com os indígenas e explorar por conta própria os novos territórios em busca de metais preciosos. E a partir de 1499 teria início o ciclo das chamadas *viagens andaluzas*, durante o qual marinheiros castelhanos percorreriam o litoral americano atlântico munidos de capitulações de descobrimento e resgate. Era lógico que Fernando, interessado no recebimento do quinto real e no fortalecimento do poder da Monarquia da Espanha, percebesse em Colombo um estorvo e reagisse contra ele abrindo a empresa ultramarina à iniciativa privada. Nada atesta melhor a fragilidade da relação entre a Coroa e o Almirante que as reivindicações insistentes deste último nas cortes. E sua defesa intransigente da viabilidade do negócio das Índias em diários e cartas, incrustada como estava sobre as queixas ou conspirações dos colonos e sobre a multiplicação dos levantamentos indígenas, devia soar aos ouvidos reais como a consabida declaração de intenções que, por força de violações e descumprimentos, acabara por quebrar o círculo do encanto para sempre.

A comparação de dois eventos históricos paralelos dá a medida real da discrepância entre aspirações e resultados. Em meados do ano de 1500, naus portuguesas comandadas por Pedro Álvares Cabral voltavam das Índias carregadas de noz-moscada, canela, pimenta, gengibre verde, almiscar, benjoim, vieira, incenso, sândalo vermelho e branco, áloe, âmbar, diamantes, pérolas e rubis. Em julho do mesmo ano, mais de cinqüenta espanhóis que tinham vivido nas Índias sentavam-se no pátio de Alhambra para criticar o Almirante e reclamar o pagamento atrasado de seus salários. Fernando Colombo refere-se ao “descaro” desses espanhóis que aos gritos exigiam do Rei Católico que saldasse suas dívidas. Se por acaso ele e seu irmão — então pajens da rainha — passavam por onde estavam sentados, narra Fernando, os espanhóis “ponían el grito en el cielo, y nos perseguían, diciendo: ‘Mirad los hijos del Almirante de los mosquitos, de aquel que ha descubierto tierras de vanidad y engaño para sepulcro y miseria de los hidalgos castellanos!’”.⁵² É possível argumentar que, ao embarcar para as Índias, os subalternos deixavam a Espanha levados por um grande número de ilusões inalcançáveis, que suas esperanças não tinham fundamento empírico e que tinham uma imagem distorcida da realidade; e também que na segunda viagem o Almirante se esforçou para desmitificar as expectativas que contribuía para gerar com as promessas de riquezas. Mas

é inegável que a frustração das expectativas deu lugar a descontentamento tanto nas Índias como na Espanha.

O clima de tensão e turbulência marca o terceiro regresso de Colombo à ilha Hispaniola. Não era novidade que o cotidiano da ilha estava longe de ser glorioso, mas o era a gravidade da conspiração dos colonos e da insurreição dos indígenas. O negócio das Índias parecia adquirir vida autônoma, descontrolar-se, deteriorar-se e tomar um rumo imprevisível. Na realidade a Coroa — aliada à ambição de investidores e expedicionários — pressionava para colocar o Almirante numa posição secundária. Enquanto este comandou o processo de colonização, exerceu o papel de elemento moderador na destruição das Índias; mas, uma vez destituído de suas funções, a Coroa, freqüentemente apoiada pelo clero, viu-se forçada a assumir essa função reguladora. Inevitavelmente surgiram tensões entre os direitos da Monarquia e as exigências de seus súditos. Se na metrópole os soberanos exerceram uma monarquia de corte absolutista e centralizador, nas Índias procuraram evitar o confronto com os colonos, agindo principalmente como poder normativo. Orientaram seus esforços predominantemente para tirar a autonomia de seus vassallos, ditaram leis e enviaram emissários reais a fim de controlar situações explosivas, mas em raras ocasiões a Coroa interveio diretamente como força repressora. Também nesse sentido, a conquista das Índias assentou-se sobre uma dinâmica própria, interna, de interesses privados.

Colombo solicitou permissão aos Reis Católicos para trocar caribes americanos por gado. Não precisou disputar com os monarcas a posse de servidores nas novas terras. A *encomienda* foi uma das prerrogativas que o colono foi assumindo nas Índias, privilégio que só muito mais tarde daria origem a conflitos entre a Coroa e os colonos necessitados de mão-de-obra indígena. No processo de dominação das Antilhas, correspondente à primeira etapa do descobrimento e conquista das Índias, o Almirante enfrentou a oposição de viajantes ansiosos de riquezas imediatas. Francisco de Bobadilla, o governador interino, ganhou o apoio popular ao abrir a Hispaniola e as ilhas adjacentes à depredação e ao acorrentar os Colombo a fim de despachá-los para fora dos perímetros da conquista. Estes voltaram humilhados à Espanha, acusados de maltratar cristãos, de mandar enforçar injustamente, de guerrear contra os índios com o objetivo de escravizá-los, de não evangelizar, de ocultar as riquezas da ilha e de resistir às ordens do comendador.⁵³ Apesar da gravidade das acusações e da denominação de “Faraó”, com

a qual os opositores honravam o suposto despotismo do genovês, este recuperaria alguns de seus privilégios. Os menos importantes, pois a 3 de setembro de 1501, em Granada, os Reis Católicos nomearam para governador das Índias frei Nicolás de Ovando. A Real Cédula de 1501 não deixa a menor dúvida a respeito da exclusão do Almirante do negócio das Índias. Ordenam os Reis Católicos pela Real Cédula de 1501:

Sépadés que Nos, entendiendo ser complidero al servicio de Dios e Nuestro, e a la exencion de la nuestra xusticia en la paz e sosiego e buena gobernacion de las dichas Islas e Tierra-firme, Nuestra merced e voluntad es, que fray Niculeas Dovando, Comendador de Lares de la Orden e Caballería de Alcántara, thenga por Nos, la gobernación e oficio de xuzgado de las dichas Islas e Tierra-firme, por todo el tiempo que Nuestra merced e voluntad fuere, con los oficios de xusticia e xuresdicion cevil e criminal, Alcaldías e Alguaciladgos dellas.⁵⁴

Tratava-se do tiro de misericórdia. Colombo fora marginalizado do processo descobridor — restava-lhe uma última viagem que Fernando lhe reservaria como uma viagem da morte — e eliminado da empresa colonizadora.

Em meados do século XVI Gonzalo Fernández de Oviedo se referia ao “primer descubridor e inventor de las Indias”, a um “sabio nauta e valeroso capitán” que revelou um novo mundo repleto de ouro, personagem digno de fama e glória “por haber traído la fé católica donde estamos”. “Ved de quanto mérito e inmortalidad es el nombre e ánima de aquel cuya industria fue principio de tanto bien”, conclui o cronista.⁵⁵ Com sua formulação, Oviedo recapitulava uma idéia subjacente aos cronistas espanhóis da época: a incorporação da América ao expansionismo europeu-cristão era movida por um “sentido”. Não só por uma razão, formulada em termos de propagação da palavra evangélica, mas por um destino, concebido como conversão dos pagãos à santa religião. Chegava ao apogeu uma filosofia da história que, erigida pelos primeiros padres da Igreja, era reassumida por teólogos e cronistas para elucidar o problema da inserção das Índias à esfera de domínio da Espanha imperial quinhentista. Afã de lucro, ânsia de fama, vontade de poder, demanda de ouro e especiarias, necessidade de expansão interna dos mercados financeiros e de ocupação de uma soldadesca desempregada aparecem, com notáveis exceções, como fatores subordinados ao progresso espiritual da humanidade. Apesar das matanças e violências, freqüentemente em tensa convi-

vência com o julgamento crítico de seus procedimentos, a conquista das Índias ficava implicitamente justificada na medida em que simbolizava a implantação do reino cristão, verdadeiro motor da história, na totalidade do mundo.

Embora não possamos falar de “certeza” nos textos colombianos, já que neles opera um discurso duplo que problematiza a leitura unidimensional do relato, as conclusões do Admirante apelam para a proteção de uma aura de cunho messiânico. A dissolução da história secular na teodicéia assume um semblante inocente à primeira vista. No entanto, uma palavra-chave recobre a totalidade da interpretação messiânica da história: cumprimento. A ideia do cumprimento das profecias bíblicas anima os textos neotestamentários. Marcos a postula desde o início; Lucas insiste sobre ela; Mateus a repete até o cansaço; e João, a despeito da distância que separa seus escritos dos evangelhos sinópticos, interpreta palavras e milagres de Cristo “[...] para que a Escritura se cumprisse”. São Paulo, por sua vez, declara consumado o cumprimento das profecias do Antigo Testamento em Cristo, “segundo a Escritura”. As múltiplas histórias regionais perdem suas singularidades quando reunidas por um poder que liga tempo e espaço a seu espírito apocalíptico. Como toda alteridade aparece sujeita à verdade inquestionável manifesta em Cristo, o pluriculturalismo vê-se limitado a errar pelo tempo e pelo espaço como fragmento inessencial de uma história única e hegemônica. E a consumação dos preceitos bíblicos justifica-se como exigência de Deus. Exigência divina de domínio universal cristão que, sublimada na cruz, encarna no imperativo civilizador, sagrado e eumênico do império castelhano.

Alcançar a costa extremo-oriental da Ásia para livrar seus habitantes do paganismo serve de justificativa, nos diários colombianos, à realização da empresa das Índias. Por outro lado, Colombo insiste sobre o fato de que ninguém antes se arriscara a atravessar o tenebroso oceano Atlântico por sua rota ocidental para encontrar o continente asiático. Ao desenterrar obscuras citações de pagãos e santos — conhecidas como *Livro das profecias* —, o Admirante se esforça para provar a inevitabilidade do descobrimento das Índias por intermédio de sua pessoa. O desconhecido se desvanece ante a missão divina. Funciona como moldura da proeza, como galardão da pessoa, destacando as virtudes do eleito, que se distancia da humanidade. E a auto-representação do marinheiro como mensageiro de Deus que concede a “palavra” aos infiéis é coerente com a imagem da *figura* anunciadora do cumprimento das profecias bí-

blicas. Da condenação divina imposta ao Ulisses medieval em sua busca de um mundo oculto passamos, na versão colombiana do Deus finissecular quatrocentista, à proteção do viajante que arrisca sua vida a fim de garantir a expansão da glória do império castelhano. O explorador metamorfoseia-se em herói, em arma da Igreja, em agente do cristianismo compulsório, em instrumento da divindade: a travessia confunde-se com o sentido da história. Tomar posse de terras ignotas, nomeá-las, plantar estandartes reais em seus solos, semear a palavra do Senhor nos corações dos idólatras, e apoderar-se das riquezas das Índias, é formulado como missão irrenunciável. É o esquema “figural” da história, na qual Colombo se insere como *figura salvatoris*, o que o leva a uma visão finalista de sua façanha — não a sua iniciação —, à ideia da consumação das profecias e não a seu questionamento, à costa oriental da Ásia e não a um quarto continente. Neo-apóstolo descobridor de um mundo inexplorado, embora *a priori* imaginado, seu discurso converge para a ideia de cumprimento:

[...] porqu' es verdad que todo pasará y no la palabra de Dios, y se cumplirá todo lo que dixo, El qual tan claro habló d'estas tierras por la boca de Isaias en tantos lugares de su escriptura, afirmando que de España les sería divulgado su sancto nombre.⁵⁶

Ao proclamar-se mensageiro divino, Colombo não recorre exclusivamente a sua fantasia desvairada. O mito do descobridor todo-poderoso desponta na carta que, a 5 de agosto de 1495, Mosén Jaime Ferrer, lapidário e famoso cosmógrafo a serviço da Coroa, enviava “Al muy magnífico y respetable senyor El Senyor Admirante de las Indias, en la gran isla de Cibau”.⁵⁷ Ferrer relaciona revelação dos mistérios do mundo a unificação do orbe sob um poder único. Saturno (rei de Creta), Hércules, Alexandre Magno, Júlio César, apóstolos obedientes e são Tomás — que, orientado pela providência, viaja ao Oriente para dar a conhecer a lei católica na Índia — aparecem alinhavados na missiva como instrumentos empregados pela divindade na longa história da construção do tabernáculo do Senhor. E Ferrer qualifica Colombo de apóstolo e de embaixador de Deus. É nessa condição de mensageiro do nome divino em zonas inexploradas que o Admirante inaugura, segundo Ferrer, a época do domínio cristão nas Índias. A interpretação “figural” preside o expansionismo, revestindo de significado o processo de descobrimento e conquista, que se legitima como movimento de realização, como cumprimento do “que dixo la Summa Verdad, que todo el mun-

do estaria debajo de un pastor y una ley". Triunfa a unicidade, "un pastor y una ley", a implantação — numa definição ibero-cristã — do bem-estar planetário. Espírito e matéria compõem um conjunto hierarquizado, e a apropriação das riquezas das Índias inscreve-se na epístola de Ferrer como a merecida recompensa pelo serviço de difusão da palavra evangélica e do fortalecimento da cristandade.

Colombo reproduz a progressão histórica esboçada na missiva de Ferrer em sua *Relación* da terceira viagem. Enquanto a ascensão da Espanha ao auge da fama se completa, a reformulação dos propósitos da empresa asiática desvaloriza a preponderância atribuída pelo lapidário aos bens materiais. O êxito do projeto asiático aparece agora substancialmente justificado como serviço a Deus — pelo crescimento da fé —, e como serviço aos reis — pela expansão do senhorio real. E a escolha para a realização de ambos os móveis, que obviamente recai sobre o próprio Cristóvão Colombo, "descubridor por virtud divina", demonstra a necessidade de proteção da pessoa do Almirante dos ataques dos críticos, defesa que prosseguirá na relação da quarta viagem. Por outro lado, a correspondência do império espanhol com o império romano — ambos em sua função de contribuintes do plano divino de unificação do mundo sob "un pastor y una ley" — dota os Reis Católicos de prestígio e a empresa ultramarina de santidade. A falta de riquezas é manifesta, mas as dádivas de Colombo aos reis são esplêndidas: fama imorredoura, poder e tesouros.

Além dos proveitos que as Altezas logo desfrutariam, a carta da terceira viagem revela um segredo cobicado desde o Gênesis: a descoberta do paraíso terrestre. Em nada avançamos ao afirmar que a "visão do paraíso" exemplifica a reciclagem de uma codificação retórica consagrada pelos antigos e que enlaça a Idade Média com o Renascimento e com a história da América. De acordo com a formulação de Colombo, o descobrimento da inexplorada costa asiática significa que a Espanha estendera seu poderio aos confins do mundo e materializara a vontade de Deus de difusão universal da mensagem cristã. Não há dúvida de que as façanhas do genovês não calaram as críticas dos opositores. Este problema não apenas é mencionado pelo Almirante como reconhecido de modo expreso. Se partimos dessas críticas, que anunciam a marginalização definitiva de Colombo do negócio das Índias, a descoberta do paraíso simboliza simultaneamente um refúgio e um testemunho de sua inadequação à realidade circundante. A aproximação do recinto sagrado expressa um desejo de cancelar as contingências históricas, de pertencer

a um horizonte utópico. Representa o temor objetivado do fracasso, embora este apareça invertido e mascarado, graças à transformação do maléfico em redenção. Sintomaticamente, a intromissão de reinos utópicos na narrativa colombiana contrasta de modo violento com as circunstâncias históricas por ele vividas. Enquanto a aproximação ao paraíso e sua firme vontade de absorção dentro do quadro da perfeição o dotam de uma santidade irrepreensível e asseguram seu triunfo simbólico, este ambíguo triunfo contribui para distanciá-lo da percepção de uma realidade desconhecida. A evolução de Colombo é reveladoramente diversa da de Vesúcio. Em sua carta de 1500, Vesúcio ainda confunde a costa da América — precisamente a partir de seu contato com o golfo de Paria e terras vizinhas — com os confins da Ásia ("chegamos à conclusão de que esta era terra firme, como digo, e os confins da Ásia pela parte do oriente, e o princípio pela parte do ocidente"). Mas em sua carta de 1503 o florentino já reconhece a autonomia geográfica do Novo Mundo. No final do século xv, Colombo intui no golfo de Paria uma realidade continental desconhecida, realidade conflitiva que acabará ocultando, para salvaguardar sua errônea concepção geográfica da pequenez do planeta.

Com a descoberta do paraíso por Colombo, parece verificar-se o comentário ao texto de Pierre d'Ailly (*Raccolta*, I, II, 19, 397, 398, 399, 400, 401). Não obstante, a identificação da região de Paria com o paraíso terrestre, "fabulosa", segundo a apreciação de Pedro Mártir de Anglería, é questionada primeiro pelo próprio Almirante. Enclavado nas regiões paradisíacas, que se somam em forma de seios de mulher ao fim do Oriente, um contradiscurso aponta para a emergência de uma configuração geográfica até então desconhecida. "Y creo que esta tierra que agora mandaron descubrir vuestras Altezas sea grandísima y haya otras muchas en el Austro de que jamás se hobo noticia", afirma no relato da terceira viagem. São expressões de tensão entre o imaginado *a priori* e o observado na América; são momentos em que Colombo raciocina a partir do desconcerto. "Y digo que si no procede del Paraíso Terrenal que viene este río y procede de tierra infinita, pues el Austro, de la qual fasta agora no se ha habido noticia", observa mais adiante. A inferência é logo sustentada pela afirmação da origem paradisíaca do caudaloso rio de águas doces. Mas a incerteza inicial permanece, e não poderá ser cancelada pela camada de teorias absurdas que lhe lançaram por cima como num corpo vivo. Que da alegação de terras imprevisíveis e do vislumbre da imensidão do desconhecido Colombo derive um

Colombo interpreta a marcha da história

promontório montanhoso, sagrado e inacessível que desmente a teoria da esféricidade do planeta, sustentada por Ptolomeu e outros cosmógrafos antigos, faz parte do messianismo justificativo da empresa. Com razão argumentou-se que, se do pólo de vista geográfico a teoria do paraíso não resolve nada, pelo menos ela conjura o perigo imediato da localização de Colombo, pois a vizinhança do recinto sagrado o coloca no fim do Oriente, meta de sua viagem.

A dependência no discurso "figural" exemplifica a passagem da problemática da materialização das promessas a um triunfo baseado em desígnios espirituais. Na carta a dona Joana, a transcendência da mensagem reveladora de um mundo previamente oculto, pertencente à Espanha graças ao descobridor, supera amplamente o problema da consecução de tesouros e das demandas humanas. E com a acentuação paulatina da estrutura do milagroso começa o fim do maravilhoso. A incorporação do milagre inicia o deslocamento do entorno físico em favor das façanhas individuais. Sem dúvida, maravilhas e milagres permanecem unidos nos diários colombianos. Mas o milagroso funciona enganosamente como respaldo do maravilhoso, como apoio da chegada à meta fixada e da viabilidade do negócio asiático, pois tende a adquirir, em si mesmo, uma autonomia legitimadora do triunfo da empresa descobridora. Esta desaloja a reivindicação da primazia comercial para se transformar num imperativo religioso, motivado pela restituição do Santo Sepulcro ao império cristão. "Misticismo institucional" de Colombo que pouco, ou nada, devia convencer um rei sagaz como Fernando, o Católico, modelo de príncipe para Maquiavel.

Segundo os cálculos de Alfonso, o Sábio, e a cronologia histórica de santo Agostinho, 7 mil anos deveriam transcorrer antes da chegada do fim do mundo. Do Gênesis até Cristo tinham-se passado 5343 anos; de Cristo até o presente, 1501 anos. Restavam apenas 155 anos para evangelizar os últimos pagãos, que até então ignoravam a mensagem cristã e retardavam a instauração eterna do reino do Senhor. Nas duas cartas que dirige aos reis entre 1501 e 1503, Colombo interpreta desse modo voluntarioso e arbitrário a marcha da história. Curiosamente, esse cálculo milenarista opera em sentido contrário às reiteradas tentativas de cancelamento do marco da temporalidade, porque Colombo descronologiza a realidade do fluir histórico. O acerto da medição dos anos do futuro culmina num ato de antecipação conivente da redenção. O revestimento apocalíptico e a condição do inadiável, analisados desde o presente em que se formulam, expressam substancialmente seu desejo de ressurgimento na cena da história.

Mateus (24:14-36) comprova a obrigação de proclamar a palavra cristã a todo o mundo para que o sol escurecesse, a lua perdesse o brilho, as estrelas caíssem e o planeta fosse destruído. Só a partir da descoberta da ignota costa asiática por Colombo se vislumbra o cumprimento das profecias irrealizadas.⁵⁸ Ao participar como instrumento indispensável para a realização dos desígnios divinos, e ao depender de sua própria intervenção o cumprimento das profecias, Colombo transita fluidamente da representação do leigo providencial à do ignorante que, guiado pelo Espírito Santo, descobre um "outro mundo". Coloca-se como elo unificador de profecia e realização, de história e eternidade, de mensagem evangélica e consumação. A citação de Sêneca, que 1500 anos antes declarara em sua *Medéia* que um futuro marinheiro superaria as façanhas de Tífis, que alargaria os acanhamentos do "Mar Occêano", que descobriria um novo mundo, e que desde então a ilha de Tule não seria o último limite das terras, é interpretada por Colombo como antecipação de sua façanha. Por um procedimento de distorção análogo, a citação apócrifa atribuída ao abade calabrês Joaquino de Fiore, que profetizara que da Espanha sairia a *figura salvatoris*, encarna na pessoa do marinheiro genovês. A vida do homem e a marcha da história confundem-se outra vez, numa demonstração cabal de como era supérflua a pessoa de Colombo para os interesses do expansionismo imperial.

Todo desejo nos remete, em parte, à insatisfação. O conteúdo dos desejos colombianos sugere que a frustração molda sua narrativa tardia. Quando o centro de gravidade parece ruir sob seus pés, o Almirante transfigura espaço e tempo, associa fé em Cristo a triunfo e insiste na realização obrigatória dos preceitos divinos por intermédio de sua pessoa. A importância decisiva da estrutura do milagroso na justificativa do triunfo da empresa das Índias liga a carta de 1501, dirigida aos Reis Católicos de Cádiz ou Sevilha, à *Lettera rarissima*, enviada da Jamaica em 1503. A costa caribenha da América Central aparece, na *Lettera*, conjugada com a chave aurífera descrita no Antigo Testamento que possibilita a expansão triunfante do cristianismo ecumênico. Mas a crença do Almirante de apor-tar à região dos tesouros de Salomão, de atravessar iluso tempestades apocalípticas, de mussitar com anjos e de abrir as correntes que fechavam a passagem ao "Mar Occêano", assinala sua marginalização definitiva da empresa por ele criada. E a consciência dessa marginalização transparece na *Lettera*. De outro modo, não teria sentido a transformação do perseguido em perseguidor, nem a críti-

ca implícita aos reis por sua ingratião e aos opositores da empresa por sua falta de visão. Também não se trata, como antes, da simples recuperação de seus privilégios ou do desejo de reconhecimentos formal por parte dos soberanos. A proximidade da morte, que ameaça com a destruição eterna; o sofrimento pela fé — não mais apenas pelo ouro —; o “tan perdido como dixe”; o pedido de misericórdia divina; o sentimento de abandono e injustiça emergem ligados a um reconhecimento mais profundo, a um sofrimento glorioso, a “tribulaciones escritas en piedra mármol y no sin causa”. Colombo declara-se herói de uma façanha planetária não reconhecida. É essa consciência de ser o agente de uma gesta transcendental que na *Lettera rarissima* se expressa como o descobrimento milagroso de um mundo desconhecido por intermédio de um protegido de Deus.

Realmente derrotado pela falta de metais preciosos em suas Índias e pelas manobras dos rivais, o Colombo da *Lettera Expressa* de modo comovente o sentimento de desamparo que o oprime. O fato ou série de fatos que desencadeiam essa manifestação de desconformidade é a consciência de uma falta de reconhecimento que considera injusta. Mas essa percepção do desajuste entre a idéia subjetiva do valor de sua missão e a realidade objetiva que o rodeia é transformada pelo Almirante numa questão ao mesmo tempo absoluta e profundamente humana. Nenhum outro expedicionário da conquista da América, incluído Bartolomé de Las Casas, passaria por uma transição espiritual tão extrema a partir de sua experiência americana. Não me refiro, naturalmente, nem a uma conversão religiosa nem a um desengano em relação aos objetivos maravilhosos; tampouco a uma tomada de consciência crítica questionadora dos modelos ideológicos oficiais. Refiro-me, ao contrário, à reflexão que pergunta confusamente pelos desvios incontroláveis dos planos e projetos, pela supremacia ilusória das aparências, pelos limites das promessas, pelo sentido da fama, da vida e da morte. Tudo a partir de um horizonte onde convergem e se confundem de modo tão intenso o histórico e o biográfico, o épico e o íntimo, o mesquinho e o grandioso, o real e o alegórico, que o leitor moderno não pode deixar — ao menos por um momento — de suspender essa imagem do Colombo construtor de ficções e perceber o homem angustiado e extraordinário que surge por trás do mito. Sua aura de emissor divino, talvez a última das ficções que contribui para preservar seu idealismo, já pouco importava nos inícios de 1500. E assim como por trás do mito se ergue o homem, por trás do reclame da

consolidação da visão prefigurativa da história desponha o anúncio de sua aniquilação.

Com o messianismo colombiano esgota-se a interpretação “figural” legítima do sentido da história. Simbolicamente, a inferência, durante a terceira viagem, de uma imensa massa terrestre “de que jamás se hobo noticia” pressagiava a fragmentação da interpretação “figural”. A profecia bíblica referia-se a um mundo trinitário, como a divindade. Mas, de acordo com um pequeno grupo de humanistas da cidade de Saint Dié, na Lorena, em suas explorações o florentino Américo Vespúcio descobrira uma quarta parte do mundo desconhecida por Ptolomeu. E cabia homenagear o descobridor das inominadas terras chamando-as “América”, ou terras de Américo. Com o surgimento, em maio de 1507, no mapa de Martin Waldseemüller, de uma gigantesca ilha denominada “América”, desconhecida pelos exegetas cristãos e habitada por índios desconhecidos da mensagem bíblica, a linguagem profética deverá deslocar-se para um continente que não lhe fora destinado. Das Índias e da Espanha, durante os séculos XVI e XVII, os cronistas espanhóis farão um esforço engenhoso, e condenado ao fracasso, para harmonizar interpretações “figurais” com uma nova realidade. Ao contrário, em países como Alemanha e Inglaterra, a incorporação da América servirá de apoio às pretensões dos porta-vozes da ciência e para sepultar, de uma vez por todas, a noção de autoridade sacralizada pela tradição.